



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 027

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 027

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Comunicados 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Enio Verri 21

Dep. Tadeu Veneri 22

Dep. Antonio Belinati 23

Dep. Dr. Batista 25

Dep. Luciana Rafagnin 26

Dep. Caíto Quintana 26

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 27

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 24

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro 28

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 29

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 30

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 32

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 33

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

Redação Final 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 38

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão 43

DIÁRIO Nº 027

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Duílio Genari e Nereu Moura (03).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Stephanes Júnior e Teruo Kato (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o Protocolo nº 2594/10 deste Poder Legislativo a Sra. Lygia Lumina Pupatto, Presidente do Serviço Social Autônomo do Paraná Tecnologia, apresenta a prestação de contas do Fundo Paraná, referente ao exercício de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Protocolo nº 2595/10 deste Poder Legislativo a Sra. Lygia Lumina Pupatto, Presidente do Serviço Social Autônomo do Paraná Tecnologia, apresenta a prestação de contas da referida entidade, referente ao exercício de 2009. **Ao o conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 0121/10 GB-ATK

Curitiba, em 23/03/10.

Prezado Senhor:

Venho por meio do presente ofício justificar ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29 e 30 de março em virtude de participação representando esta Casa de Leis na Conferência Nacional de Educação (CONAE), a ser realizada em Brasília entre os dias 28 de março e 1º de abril.

Aproveito o ensejo para me colocar à disposição de V. Exa. e para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) TERUO KATO

OFÍCIO CEE/G 012/10

Palácio das Araucárias

Curitiba, em 29/03/10.

Senhor Presidente:

Cumprimentando V. Exa. venho apresentar, na forma da Constituição Estadual, renúncia, a partir de

01/04/10, ao cargo de Governador do Estado do Paraná, em cumprimento ao artigo 14, parágrafo 6º, da Constituição Federal, de 05/10/88.

Na certeza de ter levado a bom termo as propostas de Governo, apoiadas, majoritariamente, pelo povo do Paraná, que muito me honrou com seu voto e confiança, inicio agora nova caminhada para abrir maiores e melhores espaços para o Estado no cenário nacional.

Reafirmando meu propósito inabalável de continuar lutando por justiça e fraternidade, aproveito para agradecer o inestimável apoio que sempre recebi desse egrégio Poder Legislativo.

Atenciosamente,

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Comunicado

COMUNICADO

Comunicado ao Plenário do Presidente Nelson Justus

Eu peço a atenção dos Deputados e Deputadas Estaduais, funcionários desta Casa e demais presentes para um comunicado desta Presidência.

Iniciamos uma semana de grande importância para a vida pública no Paraná. Num ano de escolhas fundamentais para o Estado, os paranaenses aguardam decisões de alguns dos seus dirigentes nestes dias, decisões essas que terão repercussão sobre a vida paranaense. Que esta repercussão seja a mais positiva é o desejo desta Presidência e, estou seguro, de todo o conjunto de representantes da população nesta Assembleia.

No plano interno desta Casa, temos votações fundamentais, que interessam ao conjunto dos paranaenses. A mais importante delas é o valor do novo salário-mínimo Estadual, que diz respeito diretamente a milhares de paranaenses. Além disso, votaremos o PAC da Copa e temas outros que são urgentes para a vida do Paraná e da sua população.

Como Poder Legislativo, a Casa de Leis do Paraná tem que dar o exemplo e cumprir com o seu papel, sempre em estrito respeito ao Estado de Direito, próprio da democracia.

A Constituição determina que não se pode condenar sem provas concretas.

É em busca dessas provas e do completo esclarecimento dos fatos reais que este Poder segue agora.

Do contrário, se o direito de defesa for ignorado, tais atos e declarações poderão ser contestados no Poder Judiciário e embasar processos de indenização e anulação de atos. Não se pode correr esse risco.

Investigados os fatos, as consequências serão arcaadas por quem de direito, tendo o Poder Judiciário o importante papel de responsabilizar aqueles que cometeram infrações.

Vamos dar o exemplo e confiar no devido trabalho da comissão de investigação da Assembleia Legislativa,

do Ministério Público e do Judiciário, cada um cumprindo com a sua função, com isenção e responsabilidade.

Os Deputados e as Deputadas Estaduais são representantes legalmente eleitos da população e, nessa condição, têm a responsabilidade da prudência.

A esse respeito, eu e os demais membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa recebemos reclamações da maioria absoluta dos Deputados e Deputadas Estaduais a respeito de erros em uma lista de nomes que estariam vinculados aos gabinetes, publicada por um órgão de imprensa para consulta na internet.

Para o esclarecimento geral dos Deputados e Deputadas, tais equívocos de nomes não foram cometidos pela Assembleia Legislativa.

A resposta definitiva para tais erros é o recadastramento em curso e com final previsto para daqui a pouco mais de 30 dias.

No plano administrativo, a comissão de sindicância terá seus trabalhos conduzidos pelos seguintes membros da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas.

Pela Assembleia Legislativa, compõe a comissão de investigação os seguintes funcionários efetivos: Marco Antonio Marconsin, Procurador, Matrícula nº 146; João Carlos Portela, Consultor Legislativo, Matrícula nº 547; Airtón César Santin, Subcoordenador, Matrícula nº 182.

Pelo Tribunal de Contas, dois técnicos da mais alta competência, indicados por aquela Corte: o diretor de Contas Estaduais, Mauro Munhoz, e o analista de controle da unidade, Joacir Geraldo Vieira de Lima.

O Ministério Público, na pessoa do seu Procurador-Geral, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, informou, em resposta ao convite formulado por este Poder, que aquela instituição já iniciou as apurações sobre os fatos envolvendo a gestão de pessoal nesta Casa, recentemente noticiados.

A Assembleia Legislativa tem o máximo interesse nessa apuração e seguirá colaborando com as investigações.

Uma vez encerrado o recadastramento, a lista de todos os funcionários será publicada no Diário da Assembleia On-line, que trará ainda informações de todos atos da Casa na internet.

Eu quero encarecer aos Deputados e Deputadas que determinem o imediato recadastramento dos funcionários dos seus gabinetes. É o que já ocorre com a área administrativa.

Enquanto isso, a Assembleia Legislativa não pára. Todas as demais atividades permanecem e continuarão em andamento, com especial atenção para a continuidade do processo de transparência que vem sendo fortemente implantado por essa gestão:

Fim do voto secreto; instalação do painel eletrônico que permite à população saber como vota o Deputado; implantação da TV SINAL, que mostra ao Paraná a atuação de cada Parlamentar; Portal da Transparência, com informações na internet a respeito das despesas de

custeio e de pessoal dos gabinetes dos Deputados e Deputadas Estaduais.

Uma Assembleia Legislativa transparente e próxima dos paranaenses foi o compromisso que eu assumi, juntamente com os demais Deputados que me elegeram Presidente desta Casa.

Este compromisso vem sendo cumprido à risca e assim continuará.

Vamos ao trabalho.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 19/04/10 (segunda-feira) às 8h30min para realização de Audiência Pública sobre Titulação da Terra e Políticas Complementares de Reforma Agrária - Programa Nacional de Crédito Fundiário e Banco da Terra.

A Audiência Pública é uma proposição deste Deputado em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP.

Requer também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos, serviços de taquigrafia, da disponibilidade do fotógrafo desta Casa, confecção de 3 mil convites e cobertura pela TV SINAL.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alfredo João Krezesinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Rosa Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Neuli do Nascimento, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dervile Menon, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliane Aparecida Antunes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco das Neves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Glaci Aparecida Manosso Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilson Costa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Helena Paes dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Irene Arruda Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Marques, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Geraldo Noviski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucia Pietroski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sueli Terezinha Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Manuncio Uliana, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Eunice Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Osvaldo Batista da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Raylan Silveiro de Farias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Gasparetto, ocorrido no dia 18/03/10, no Município de São João/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Elizabete Gasparetto.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza. De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações.

É impossível definir em poucas palavras a forma de ser Sr. Pedro Gasparetto, que foi um exemplo claro de uma vida dedicada ao trabalho e à família.

Professor aposentado, foi diretor da Escola Tancredo Neves, de junho 1990 à dezembro de 1997, muito se esforçou para dotar o Município de um bom nível de ensino. Homem de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ele tiveram o privilégio de conviver.

Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários e participou ativamente em todas as grandes decisões, tinha posições firmes, jamais abria mão de lutar por aquilo que achava justo e correto. Foi fundador da Rádio São João, Sócio Fundador do Sindicato Rural São João, CTG Cultivando a tradição e São João Clube de Campo, Presidente do Clube Esportivo Recreativo São João, Secretário e Tesoureiro da Diretoria da Igreja Matriz de São João.

Na vida política, o Sr. Pedro foi fundador e filiado ao MDB, hoje PMDB, foi Vereador por três mandatos e Presidente da Câmara de 1987 a 1988, 1998 a 1990 e 1993 a 1994. Foi Presidente da Assembleia Municipal Constituinte, que promulgou a Lei Orgânica Municipal em 1990. Presidente da ACAMSP M'14 de 1990 a 1992 e Secretário da UVEPAR de 1991 a 1993 e Vice-Presidente 1993.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amigos e simpatia. São João perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida social do Município.

No âmbito familiar, como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Elizabete Gasparetto, juntos construíram uma história e soouberam cativar simpatia e respeito de todos. Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus dois filhos: Patrick e Emerson.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivo os legados deixados pelo Sr. Pedro. O Município perdeu um verdadeiro mestre. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e

conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população do Município de Curitiba, através de seu Prefeito Sr. Carlos Alberto Richa, pelas comemorações de seu 317º aniversário no dia 29 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) EDSON SATRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações aos funcionários do jornal Folha de Tamandaré, através de seu Diretor Presidente Sr. Leônidas Antônio Rodrigues Dias, pelas comemorações de seu 25º aniversário no dia 31 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) EDSON SATRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmeira pela comemoração, no próximo dia 07/04/10, de seus 191 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Everaldo Kuhn, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 07 de abril, o Município de Palmeira estará comemorando seus 191 anos. E é com satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

Os primeiros homens do Município de Palmeira foram agricultores. E foi o instituto que os levou a ama-

nhar a terra, para dela tirarem o necessário para o sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e, sim, a agricultura. Não é sem razão que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos, as indústrias e quantas não tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior? É verdade que essa industrialização se baseia nos progressos da agricultura.

Fiquem, portanto, certos todos os organizadpores do Município de Palmeira, que o meio de vida que abraçaram é dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que as famílias possam se entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária - é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades das famílias de Palmeira.

Entendemos não ser justo as famílias do campo desviarem seus filhos para outras profissões que poderão julgar nobilitantes, pois, essa é das mais altas e certamente é aquela que mais puros prazeres pode proporcionar. Pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

Que a agricultura, a pecuária e cereais, prosperem produzindo os almejados frutos são os votos deste Parlamentar, para galardão e felicidades de toda a população do Município de Palmeira.

Através desta proposição parabenizamos as autoridades constituídas do Município, bem como toda a população pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Advogada Rogéria Fagundes Dotti, em razão de ser a primeira a assumir o Instituto dos Advogados do Paraná.

Formada pela Universidade Federal do Paraná, em 1993, com a melhor média geral de sua turma, e mestre em Direito Processual Civil, a advogada será a primeira mulher a ocupar a direção do IAP.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, relativamente ao gerenciamento do CEFAP - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica de Curitiba e Região Metropolitana e às dificuldades que a população vem enfrentando com enormes filas para

obtenção dos medicamentos a que tem direito, informar o que segue:

a) Quando começará a funcionar a Farmácia Especial no Centro Regional de Especialidades Kennedy, prometida para até o final de 2008 conforme divulgou essa Secretária de Saúde?

b) Qual a data prevista para a conclusão da obra e o que justifica tal atraso em face da sobrecarga da Regional Sul de Saúde que, quando inaugurada em 2004 atendia 10 mil e hoje atende, em média 18 mil pacientes/mês?

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, ELTON WELTER e VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, relativamente ao projeto de Governo, para a construção do Centro Judiciário, cujas providências orçamentárias para cobertura das despesas com a aquisição do imóvel foram autorizadas este Poder Legislativo, através da Lei nº 16096/09, informar o que segue:

* O Estado já se emitiu na posse do terreno em questão?

* Já foi efetuado o pagamento, total ou parcial, do terreno aos proprietários da área? Em caso negativo, os recursos orçamentários autorizados para este fim estão reservados no orçamento do Poder Executivo? Sob qual rubrica?

* As pendências judiciais impeditivas da aquisição do imóvel para construção do centro judiciário já foram sanadas? Em caso negativo, informar quais as ações, os números dos autos, onde foram ajuizadas, e qual fase processual em que se encontram.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(aa) ANTONIO BELINATI, DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, FERNANDO SCANAVACA e VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 130/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro de Educação Infantil Menino Deus, com sede á rua Martin Afonso, nº 76, Jardim Bela Vista, no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro de Educação Infantil Menino Deus - APPF CEI, sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua integrar as atividades de assistência à educação, à saúde, transporte e material do educando, principalmente no atendimento de pessoas carentes da cidade e região; promovendo atividades complementares, fazendo reuniões e balancetes, promovendo palestras; oferecendo assim mais oportunidades e qualidade de vida para a criança e comunidade. Favorecendo intercambio de ideias, valores, ética e realidade diferentes. Oferecendo ambiente de trocas e desafios, despertando nas crianças o dever de cidadania.

Como se comprova pela documentação, a associação obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 131/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Terapêutica Nova Canaã, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação Terapêutica Nova Canaã, tem como finalidade precípua promover a recuperação de drogadictos no aspecto bio-psico-socio-espiritual, velando por integrar o residente com a sociedade mediante programas de recuperação de 2 meses de conscientização e 7 meses de socialização conforme relatório de atividades.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 132/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Mestres do Conservatório Dramá-

tico Musical Maestro Paulino Martins Alves, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem como objetivo declarar a Associação de Pais e Mestres do Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins de utilidade pública estadual, nascida legalmente em 03/04/79.

Possui a finalidade de trazer conhecimento para os moradores de Ponta Grossa, Paraná em se tratando de questões musicais, buscando aproximar pessoas de níveis financeiros diferente de algo que é de extrema importância, a música.

Por a Associação atender os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 133/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no Estado do Paraná os Conselhos Comunitários de Segurança que têm por designação abreviada CONSEGS.

Art. 2º Os CONSEGS são instituições jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos com o objetivo principal de organizar as comunidades e fazê-las interagir com a Polícia Estadual, e se vinculam, por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Coordenador Estadual e pelo Conselho Permanente para Assuntos dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Parágrafo Único. Os CONSEGS serão representados coletivamente, e em caráter exclusivo, pelo Coordenador Estadual.

Art. 3º Os CONSEGS, uma vez constituídos, terão prazo de duração indeterminado e foro na Comarca em cujas áreas territoriais estejam instalados.

Art. 4º Os CONSEGS terão como finalidades:

I - constituir-se no canal privilegiado pelo qual a Secretaria da Segurança Pública auscultará a sociedade, contribuindo para que a Polícia Estadual opere em função do cidadão e da comunidade;

II - integrar a comunidade com as autoridades policiais nas respectivas áreas de circunscrição policial ou do Município, cooperando com as ações integradas de segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da população;

III - propor às autoridades policiais a definição de prioridades na Segurança Pública, nas áreas circunscritas pelos CONSEGS;

IV - articular a comunidade visando à preservação e à solução de problemas ambientais e sociais, que tragam implicações policiais;

V - estimular o espírito cívico comunitário, na área dos respectivos CONSEGS;

VI - promover e implantar programas de orientação e divulgação de ações de autodefesa às comunidades, inclusive estabelecendo parcerias, visando projetos e campanhas educativas de interesse da Segurança Pública;

VII - promover eventos comunitários que fortaleçam os vínculos da comunidade com sua Polícia e o valor da integração de esforços para atos e condições seguras na prevenção de infrações e acidentes;

VIII - colaborar com iniciativas de outros órgãos que visem ao bem-estar da comunidade, desde que não colidam com o disposto na legislação e no presente regulamento;

IX - desenvolver e implantar sistemas para coleta, análise e utilização de avaliação dos serviços atendidos pelos órgãos policiais, bem como reclamações e sugestões do público;

X - levar ao conhecimento da Coordenação Estadual, na forma definida neste regulamento, as sugestões reivindicadas da comunidade;

XI - propor às autoridades competentes a adoção de medidas que tragam melhores condições de trabalho aos policiais e integrantes dos demais órgãos, que prestam serviço à causa da segurança da comunidade;

XII - colaborar para a interação das unidades policiais, com vistas ao saneamento dos problemas comunitários;

XIII - colaborar com as ações de Defesa Civil quando solicitado, prestando o apoio necessário, nas suas respectivas circunscrições;

Seção II

Da Formação e da Reativação dos Conselhos Comunitários de Segurança

Art. 5º Os CONSEGS serão considerados criados, a partir da expedição de Carta Constitutiva emitida pelo Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Art. 6º Em caso de inexistência, ou inatividade do CONSEG na respectiva área, caberá aos membros natos informarem ao Coordenador Estadual dos CONSEGS, identificando e convidando membros ativos da comunidade para a sua implantação ou reativação, nos termos deste regulamento, indicando a diretoria até o mês de junho subsequente, quando ocorrerão eleições nos termos da Seção VIII.

§ 1º A primeira diretoria, uma vez empossada, instituirá processo para formalizar a criação do CONSEG, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 2º Transcorridos 90 dias sem que o CONSEG remeta à Coordenação Estadual dos CONSEG a ata de reunião ordinária, ou sendo a mesma suspensa por falta do quórum, nos termos do parágrafo 2º do artigo 43, sendo considerado inativo, aplicar-se-à o disposto no artigo 6º.

§ 3º Os CONSEGS serão considerados reativados a partir da expedição de ofício pelo Coordenador Estadual, homologado a ata de reinício dos trabalhos do respectivo Conselho.

Art. 7º Cada CONSEG deverá aprovar o seu Regimento Interno com base neste regulamento.

Art. 8º A aprovação, alteração ou emenda do Regimento Interno do respectivo CONSEG dar-se-à e reunião ordinária do conselho, em que haja quórum, pelo voto da maioria dos membros efetivos presentes.

Parágrafo Único. A aprovação, alteração ou emenda de que trata o *caput* deste artigo não poderá ser submetida à votação a menos que se tenha comunicado a todos os membros efetivos do CONSEG, com pelo menos dez dias de antecedência, qual a proposta a ser discutida e a reunião em que será votada.

Art. 9º O CONSEG poderá ser dissolvido por votação de maioria de 2/3 de seus membros efetivos presentes, em reunião, convocada pelo presidente e membros natos, com pelo menos 10 dias de antecedência, especialmente para tratar dessa pauta.

Seção III

Dos Símbolos e da Denominação

Art. 10. São símbolos do CONSEG: o logotipo, a canção e o estandarte, serão aprovados por Resolução da SESP.

Art. 11. O nome Conselho Comunitário de Segurança, e sua abreviatura CONSEG, são de uso exclusivo da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, que facultará seu uso às organizações definidas neste regulamento.

Art. 12. Cada CONSEG terá por denominação a sua área circunscricional do Município ou bairro(s) e inserido no listel do logotipo do respectivo conselho.

Art. 13. Os CONSEGS serão identificados publicamente por sua denominação e logotipo, sendo vedado:

I - associar a denominação ou o logotipo do CONSEG a outras organizações, ou utilizá-lo com fins lucrativos;

II - associar o nome ou o logotipo do CONSEG a símbolos de uso exclusivo do Poder Público.

II - o uso do nome ou do logotipo do CONSEG a quem não seja membro nato ou efetivo do respectivo conselho, para que se apresente em público como seu integrante.

Art. 14. O uso indevido do nome ou símbolo do CONSEG ou a utilização de nome ou símbolos assemelhados, com o intuito de confundir ou obter vantagem, ensejará as medidas legais cabíveis.

Seção IV

Da Estrutura

Art. 15. A diretoria executiva do CONSEG deverá contar, além dos membros natos, com a seguinte estrutura mínima:

- I - Presidência;
- II - Vice-Presidência;
- III - 1ª Secretária;
- IV - 2ª Secretária;
- V - 1ª Tesouraria;
- VI - 2ª Tesouraria;
- VII - Conselho Fiscal;
- VIII - Conselho Deliberativo;
- IX - Conselho de Ética e Disciplina.

Resolução.

Parágrafo Único. A diretoria será eleita na forma dos artigos 41 e 42 desta resolução.

Art. 16. São membros natos:

I - o Delegado de Polícia, titular do Distrito Policial que circunscreve a área de CONSEG;

II - o Comandante da Unidade Policial Militar que circunscreve a área do CONSEG;

a) quando o Município sediar somente uma unidade policial civil e militar, o Delegado de Polícia titular e o Comandante Policial Militar, do respectivo Município.

III - o representante da CIRETRAN;

IV - o representante do Núcleo de Educação.

Art. 17. Poderão também participar como membros natos:

I - um representante da Prefeitura do Município;

II - um representante do Poder Judiciário;

III - um representante do Ministério Público;

IV - um representante da Associação Comercial e Industrial do Município.

Art. 18. Os membros natos deverão atuar em conjunto com os demais integrantes da diretoria, pela defesa dos interesses comunitários e pela paz social.

Parágrafo Único. Em caso de divergência técnica entre os membros natos, o fato será levado à decisão do Coordenador Estadual.

Art. 19. O CONSEG contará com um Conselho de Ética e Disciplina composto por três membros, designados pela Diretoria.

Art. 20. O CONSEG contará com um Conselho Fiscal composto por três membros, designados pela diretoria.

Art. 21. O CONSEG contará com um Conselho Deliberativo composto por três membros, designados pela diretoria.

Art. 22. A estrutura da Diretoria poderá ser ampliada conforme as necessidades do CONSEG, inclusive com a criação de grupos de trabalho.

§ 1º As funções de secretaria poderão, excepcionalmente, ser acumuladas por um único titular.

§ 2º Os cargos exercidos no CONSEG não são remunerados e não criam vínculo empregatício.

3º Os membros do Conselho de Ética e Disciplina, não podem acumular outros cargos no CONSEG.

§ 4º Os membros natos não exercendo outro cargo, de Diretoria no CONSEG, nem ocuparão cargos nos Conselhos de Ética e Disciplina, Deliberativo e Fiscal.

§ 5º O membro da Diretoria e dos Conselhos de Ética e Disciplina, Deliberativo e Fiscal poderá afastar-se por até 60 dias por ano, mediante solicitação escrita ao Presidente, que indicará seu substituto, desde que o pedido não seja indeferido.

Seção V Das Competências

Art. 23. Compete aos membros natos:

I - identificar e convidar as forças vivas da comunidade para implantar ou reativar o Conselho, indicando a diretoria para exercer o primeiro mandato, nos termos do artigo 6º, *caput*;

II - articular, de comum acordo com a diretoria e membros do CONSEG, diretrizes, normas e procedimentos visando à homogeneização de ações em prol da Segurança Pública;

III - ouvir a comunidade, por intermédio do CONSEG, propondo prioridade e diretrizes para a Segurança Comunitária;

IV - incentivar a realização de palestras e encontros, objetivando orientar e qualificar tecnicamente os membros dos CONSEG;

V - orientar tecnicamente o CONSEG na formulação e veiculação de campanhas educativas dirigidas à comunidade, visando a aumentar seu grau de autoproteção e inibir infrações e acidentes evitáveis, que possam trazer prejuízo às pessoas e ao patrimônio;

VI - motivar o trabalho conjunto da comunidade, Polícia e demais setores do Governo, para a busca de soluções dos problemas que geram a criminalidade;

VII - fiscalizar os trabalhos eleitorais do respectivo CONSEG;

VIII - certificar-se dos bons antecedentes de quem pleiteia tornar-se membro efetivo do respectivo CONSEG, nos termos do artigo 30, IV;

IX - tomar todas as medidas ao seu alcance para que se preserve um ambiente de respeito e tolerância nas reuniões do CONSEG;

X - divulgar, perante a comunidade, os membros que exercem funções da Diretoria, Conselhos de Ética e Disciplina, Fiscal e Deliberativo;

XI - vetar candidato a cargo eletivo no CONSEG, cuja vida pregressa não o recomende para concorrer ao exercício do cargo pretendido, nos termos das Seções VII e VIII;

XII - zelar pela preservação da ética e disciplina no CONSEG, auxiliando o Presidente a desempenhar as funções que lhe são atribuídas pelo artigo 24, e pela seção XII deste regulamento, podendo, inclusive, tomar conhecimento de toda a documentação, mesmo reservada, referente ao assunto, em arquivo no CONSEG.

Parágrafo Único. Os membros citados no artigo 16, I, II e III, representação exclusivamente a Secretaria da Segurança Pública no respectivo CONSEG, dentro de suas competências, devendo em suas participações, informar sobre a variação dos índices de criminalidade da área e medidas que a Polícia respectiva esteja adotando para oferecer um grau mais elevado de segurança à comunidade.

Art. 24. Compete ao Presidente:

I - fixar e difundir, de comum acordo com os membros, natos, o calendário das reuniões ordinárias e das eleições, estipulando data, horário e local, no início de cada exercício;

II - presidir as reuniões do CONSEG segundo pauta-padrão detalhada no artigo 44;

III - assinar, em conjunto com o 1º Secretário e os membros natos, atas de reuniões;

IV - apresentar, anualmente, relatório das atividades do CONSEG;

V - nomear e demitir membros da Diretoria, exceto o Vice-Presidente e os membros natos, observando o previsto no artigo 41, parágrafo 15;

VI - representar o CONSEG judicial e extrajudicialmente;

VII - apresentar reivindicações comunitárias, prioridades e sugestões aprovadas em reuniões no CONSEG;

VIII - difundir publicações recebidas do Coordenador Estadual dos CONSEGs e outras de interesse do Conselho e da comunidade;

IX - zelar pela preservação da ética e da disciplina do respectivo CONSEG, nos termos da seção XII, podendo, inclusive, tomar conhecimento de toda a documentação, mesmo reservada, referente ao assunto, em arquivo no CONSEG;

X - zelar pela preservação da ética e da disciplina do respectivo CONSEG, nos termos da seção XII;

XI - comunicar ao Coordenador Estadual os fatos constantes do artigo 44, parágrafo 4º;

XII - representar o CONSEG e atos oficiais e em reuniões com a comunidade;

XIII - promover o aprimoramento técnico dos membros do CONSEG;

XIV - identificar e convidar, em conjunto com os membros natos, os líderes comunitários da área circunscrita a participarem do CONSEG;

XV - prestar esclarecimentos a pessoas da comunidade sobre questões dirigidas ao CONSEG;

XVI - evitar que denúncias, que possam trazer risco a membros do CONSEG ou a terceiro, sejam formulados em público, durante as reuniões do CONSEG;

XVII - convidar autoridades, palestrantes e outros visitantes ilustres a participarem de reuniões ou usarem da palavra em reuniões do CONSEG;

XVIII - zelar pela ordem e pela civilidade das reuniões, concedendo e cassando a palavra, sem que seja cerceada a liberdade de expressão e de opinião, fazendo retirar-se do recinto as pessoas que perturbem o andamento dos trabalhos ou possam trazer riscos aos frequentadores do CONSEG, nos termos do artigo 51, XVIII;

XIX - solicitar a retirada do recinto da reunião o ex-membro que tenha sido excluído do CONSEG por motivos disciplinares, nos termos do artigo 52, III;

XX - elaborar e coordenar a redação do Plano de Metas do CONSEG, acompanhando os seus resultados;

XXI - criar grupos de trabalho de caráter temporário dirigidos pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Único. É vedado ao Presidente usar as vantagens do seu cargo para favorecer a sua reeleição ou para beneficiar ou prejudicar candidatura de outrem.

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente:

I - assessorar o Presidente, executar as competências que lhe foram delegadas pelo Presidente e substituí-lo em suas faltas e impedimentos;

II - presidir os grupos de trabalho que forem criados pelo Presidente, nos termos do artigo 24, XXI, designado os relatores.

Art. 26. Ao 1º Secretário compete:

I - secretariar as reuniões do CONSEG, lavrando as respectivas atas, assinando-as e colhendo as assinaturas que lhes devam ser apostas, remetendo cópias devidamente protocoladas ao Coordenador Estadual e aos membros natos;

II - conferir a correspondência, assinando-a juntamente com o Presidente, e providenciar a sua remessa, devidamente protocolada;

III - manter os documentos do CONSEG sob a sua guarda e organização, transferindo-os ao seu sucessor;

IV - entregar os documentos relacionados no artigo 48, à guarda dos membros natos, 30 dias antes das eleições da Diretoria do respectivo Conselho, nos termos do parágrafo 20 do artigo 41;

V - manter cadastro dos membros efetivos do CONSEG, o qual somente poderá ser consultado por membros da Diretoria e da Comissão de Ética e Disciplina do respectivo Conselho, ou por requisição do Coordenador Estadual, sendo que as informações de caráter pessoal, que digam respeito à vida privada e à intimidade do cadastrado, somente poderão ser fornecidas a terceiros com autorização expressa do identificado, nos termos do artigo 5º, X, da Constituição Federal;

VI - preparar a pauta submetendo-a previamente ao Presidente e aos membros natos, para aprovação;

VII - remeter ao Coordenador Estadual, o mais breve possível, as fichas de cadastro de inclusão, exclusão ou alteração dos membros efetivos do CONSEG, para atualização do banco de dados da Secretaria;

VIII - delegar ao 2º Secretário as atribuições que não sejam de sua exclusiva competência.

Art. 27. Ao 2º Secretário compete:

I - substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos;

II - registrar a presença dos participantes;

III - redigir toda a correspondência, encaminhando-a, para conferência, assinatura e expedição, ao 1º Secretário.

Art. 28. A Diretoria compete:

I - zelar pela ordem e pela higiene do local de reuniões;

II - manter sob sua guarda os objetos de propriedade do CONSEG, utilizados para adornar e equipar locais de reunião;

III - contatar responsáveis e adotar providências para reservar locais que se pretendam utilizar para eventos do CONSEG;

IV - desenvolver estratégias para captar novos membros efetivos e para manter os atuais do CONSEG;

V - planejar, coordenar e proferir palestras em escolas, associações, condomínios e outros locais de concentração de público, abordando estratégias de segurança para a comunidade e o valor da participação comunitária nas questões de Segurança Pública;

VI - planejar e coordenar pesquisas de opinião junto à comunidade, de interesse do CONSEG;

VII - recepcionar, acompanhar e apoiar membros visitantes de outros CONSEGS e outros convidados;

VIII - planejar eventos e programas, desde que autorizado pelo Presidente do CONSEG, destinados a estreitar os laços de cooperação entre os membros da comunidade;

XIX - incumbir-se do cerimonial do CONSEG.

Seção VI

Da Área de Atuação

Art. 29. A atuação do CONSEG será ordinariamente:

I - na área territorial correspondente ao Distrito Policial e a Unidade Policial Militar correspondente;

II - nos demais Municípios a área do seu respectivo território.

§ 1º OS CONSEGs serão baseados na área territorial de um ou mais bairros.

§ 2º Quando agregar dois ou mais bairros estes devem estar circunscritos à direção local da mesma organização policial.

§ 3º Em casos excepcionais poderão ser constituídos CONSEGs destinados a atender necessidades e peculiaridades locais, por iniciativa fundamentada da comunidade, parecer favorável dos membros natos e homologação do Coordenador Estadual.

Seção VII

Dos Membros Efetivos, Visitantes e Participantes

Subseção I

Das Condições para ser Membro

Art. 30. As condições para ser membro efetivo são:

I - ser voluntário;

II - ter idade mínima de 18 anos;

III - residir, trabalhar ou estudar na área de circunscrição do CONSEG, ou em circunscrição vizinha, que ainda não possua CONSEG organizado, enquanto perdurar tal carência;

IV - ter conduta ilibada, no conceito da comunidade que integra, não registrado antecedentes criminais, apresentando o devido atestado de antecedentes criminais;

V - ser representante de organizações que atuem na área do CONSEG;

VI - ser membro da comunidade, ainda que não representante de organização prevista no inciso anterior;

VII - firmar compromissos de fiel observância às normas reguladoras dos CONSEGs, nos termos do artigo 37.

§ 1º O nome da pessoa que pretender tornar-se membro efetivo do CONSEG será comunicado, em reunião ordinária, a todos os presentes.

§ 2º Em havendo qualquer pessoa que saiba de fato que possa desabonar o candidato fará comunicação à Diretoria, em caráter reservado, que apurará a procedência da comunicação.

§ 3º O participante do CONSEG tornar-se-á membro efetivo no momento e que sua ficha de inscrição for aprovada pela Diretoria e prestado o compromisso previsto no artigo 37.

§ 4º Serão excluídos os membros efetivos que deixarem de comparecer, injustificadamente, a três reuniões ordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas no período de um ano, admitindo-se abono anual de, no máximo, duas faltas, a critério da Diretoria.

§ 5º Para os cargos previstos no artigo 15, I e II, artigo 19, 20 e 21 e 60, parágrafo único e idade mínima será de 21 anos, no dia anterior à posse.

§ 6º A participação como membro efetivo de pessoas investida em mandato eletivo deve ser admitida, observando-se o disposto no inciso XI do artigo 51.

Art. 31. O membro efetivo que visite outros CONSEGs, e ali participe de reuniões, será denominado de membro visitante.

Parágrafo Único. Sua visita será saudada pela diretoria que o acolhe e lhe será fornecido comprovante de presença, o qual se prestará a justificar falta à reunião do CONSEG do qual seja membro efetivo.

Art. 32. Toda pessoa, presente à reunião de CONSEG do qual não seja membro nato, nem efetivo ou visitante, será chamado como membro participante.

Parágrafo Único. A Diretoria do CONSEG convidará adolescentes, futuros líderes da comunidade, a cooperarem com o Conselho como membros participantes.

Art. 33. O membro efetivo, e situação regular, que vier a transferir seu domicílio, trabalho ou estudo para outra área, poderá requerer à Diretoria do CONSEG da área para qual se transfere sua inclusão, como membro efetivo.

§ 1º A Diretoria, recebido o requerimento, o apreciará em caráter urgente, decidindo sobre o deferimento do pedido.

§ 2º Para concorrer a cargo eletivo no novo CONSEG, o membro transferido deverá observar o disposto no artigo 41, sendo que sua presença nas reuniões do CONSEG de origem não será computada para habilitá-lo a concorrer às eleições no Conselho que o acolheu.

Art. 34. O reingresso de ex-membro efetivo, desligado do CONSEG, a pedido ou excluído por razões disciplinares, dependerá de novo processo de admissão, nos termos do artigo 30.

Parágrafo Único. Caso readmitido, o membro efetivo deverá observar o disposto no artigo 41.

Art. 35. A participação da pessoa, como membro efetivo, deverá se restringir a um CONSEG, o que não impedirá a comparecer a reuniões de outros Conselhos, como membro visitante.

Art. 36. A participação como membro efetivo de CONSEG é um serviço relevante que a pessoa presta à sua comunidade.

Subseção II

Da identificação dos membros

Art. 37. A entrega do ofício de homologação e certificado de identificação aos membros efetivos ocorrerá em reunião solene, após os identificados prestar o seguinte compromisso:

“Incorporando-me voluntariamente ao Conselho Comunitário de Segurança (nome do CONSEG) prometo, pela minha honra, trabalhar pelo progresso, harmonia e segurança em minha comunidade, com ética e transparência. Recusarei qualquer vantagem ou privilégio pessoal em razão da liderança que ora exerço e cumprirei fielmente a legislação que regula este conselho. Assim procedendo, contribuirei para aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Polícia à sociedade e serei merecedor do respeito de minha família de minha comunidade e de meus concidadãos”.

I - antes do compromisso, o presidente exporá aos novos membros a responsabilidade comunitária que assumem;

II - o compromisso será lido pelo 1º secretário do CONSEG;

III - terminada a leitura, o membro efetivo responderá: “Eu prometo”;

IV - após o compromisso, os novos membros serão saudados pelo presidente, assinarão a ata de reunião solene;

V - a homologação e o certificado de identificação obedecerão ao modelo fixado pela SESP.

Subseção III

Dos direitos dos membros

Art. 38. São direitos do membro efetivo:

I - votar e ser votado para os cargos de diretoria e exonerar-se, a pedido, observando-se o disposto neste regulamento;

II - ocupar cargos no Conselho de Ética e Disciplina, Fiscal e Deliberativo, na Comissão Superior de Ética e em grupos de trabalho, e deles exonerar-se, a pedido, observando-se o disposto neste regulamento;

III - tomar parte nas reuniões e fazer uso da palavra com precedência sobre os membros visitantes e participantes;

IV - votar sobre assuntos tratados nas reuniões que não sejam cominadas à esfera exclusiva de decisão da diretoria;

V - propor à diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de segurança;

VI - frequentar as reuniões e a sede do seu CONSEG, bem como participar de reuniões de outros Conselhos, na condição de membro visitante;

VII - licenciar-se, por prazo que não exceda a 60 dias, por motivo relevante, desde que a diretoria o autorize;

VIII - ter abonadas pela diretoria até duas ausências em reuniões ordinárias do CONSEG, por ano, desde que justificadas;

IX - propor a admissão ou a readmissão de membros efetivos e levar ao conhecimento da diretoria fatos que incompatibilizem candidatos ao ingresso a se efetivarem como membros do CONSEGs;

X - receber carta, assinada conjuntamente pelo presidente e membros natos dos CONSEGs de origem, recomendando-o para ingresso no CONSEG da área para a qual venha a se transferir, nos termos do artigo 33;

XI - comunicar infração regimental a quem de direito;

XII - ampla defesa em procedimento de apuração, caso lhe seja imputada prática de infração regimental, nos termos e limites da Seção XII;

XIII - recorrer, sem efeito suspensivo, de sanções que lhe sejam impostas, nos termos e limites da seção XII;

XIV - participar das atividades culturais, sociais, esportivas, cívicas e comunitárias desenvolvidas pelo CONSEG;

XV - desligar-se e requerer readmissão ao CONSEG.

Art. 39. São direitos dos membros visitantes:

I - tomar parte nas reuniões e fazer uso da palavra, mediante prévia inscrição;

II - propor à diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de segurança;

III - ser acolhido fraternalmente e apoiado, nos limites da lei e dentro das normas da hospitalidade, pelos membros do CONSEG visitado;

IV - frequentar as reuniões e a sede do CONSEG visitado;

V - comunicar a prática de infração regimental a quem de direito.

Art. 40. São direitos dos membros participantes:

I - tomar parte nas reuniões e fazer uso da palavra, mediante prévia inscrição;

II - propor à diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de segurança;

III - frequentar as reuniões e a sede do CONSEG;

IV - comunicar infração regimental a quem de direito.

Seção VIII

Das eleições

Art. 41. As eleições se realizam bienalmente, no mês de julho com posse em agosto, sob a presidência e responsabilidade solidária dos membros natos, cabendo ao conselho deliberativo, fixar normas, baixar resoluções visando à divulgação da data, local, horários e disposições gerais do processo eletivo, que ocorrerá mediante as seguintes formas:

I - por aclamação, caso haja apenas uma chapa inscrita para disputar o pleito;

II - por maioria simples de votos dos membros efetivos presentes, quando houver mais de uma chapa inscrita para disputar o pleito.

§ 1º A votação se destina a eleger chapa completa, integrada por concorrentes à nova diretoria, cuja inscri-

ção deverá ser formalizada em requerimento a ser entregue mediante recibo ao conselho deliberativo até o encerramento da reunião ordinária do mês de junho.

§ 2º O concorrente não poderá integrar mais de uma chapa e a falta de informações sobre sua pessoa impugnará o registro de sua candidatura, exigindo sua substituição, dentro do prazo legal.

§ 3º Conhecidas às chapas concorrentes, qualquer membro efetivo do CONSEG poderá requerer ao Conselho Deliberativo, em até dois dias úteis, a impugnação de candidato inscrito ao cargo de diretoria.

§ 4º O conselho deliberativo decidirá conjuntamente sobre o requerimento em até cinco dias úteis, sendo que, em caso de deferimento, determinarão ao presidente da chapa a que pertencia o membro impugnado a sua substituição em até dois dias úteis, sob a pena de cancelamento de inscrição da chapa.

§ 5º Poderão concorrer aos cargos de presidente e vice-presidente os membros efetivos, em situação regular no respectivo CONSEG.

§ 6º A eleição por aclamação será realizada na reunião ordinária de julho, quando não tiver ocorrido inscrição de outra chapa concorrente em tempo hábil, dispensando-se as formalidades eleitorais subseqüentes previstas neste artigo e seus parágrafos.

§ 7º As eleições ocorrerão em local, data e horário previamente estipulados na reunião ordinária do mês de junho, ocorrida, no mínimo, 30 dias antes do pleito, sendo que os dados deverão ser comunicados a todos os presentes pelo conselho deliberativo e divulgados pelos meios de comunicação dos quais dispuser a comunidade.

§ 8º O voto será pessoal, individual e secreto, não podendo ser exercido por procuração, sendo as cédulas previamente rubricadas pelo conselho deliberativo e por fiscais, nos termos do parágrafo seguinte.

§ 9º Cada chapa concorrente indicará ao conselho deliberativo um fiscal, que acompanhará todo o processo eleitoral e também rubricará previamente as cédulas.

§ 10. No dia do pleito, aberta a reunião e antes de iniciar-se votação, o presidente do conselho deliberativo concederá a palavra por tempo igual e resumida a todas as chapas concorrentes, que serão utilizadas por ordem de sorteio, para que os candidatos exponham seu “currículo vitae” abreviado, relatem as atividades que realizam pela comunidade, digam de suas experiências no CONSEG e qual seu plano de metas, caso eleito.

§ 11. O conselho deliberativo os fiscais e todos os presentes velarão para que as chapas concorrentes não pratiquem aliciamento de eleitores.

§ 12. Os eleitores poderão adentrar ao recinto de votação e exercer seu direito de voto a qualquer tempo, no horário de duração da reunião, não inferior a duas horas, desde que comprovando-se sua regularidade, como membro efetivo pelo prazo mínimo de filiação de 90 dias, junto aos secretários designados para esse fim pelo conselho deliberativo.

§ 13. Nas eleições para diretoria e conselhos, os membros natos não exercerão seu direito de voto, mantendo-se na absoluta imparcialidade de fiscais do processo.

§ 14. Em caso de empate de votos válidos, terá precedência:

I - a chapa cujo candidato a presidente computar maior número de presenças em reuniões ordinárias nos 12 meses anteriores ao pleito;

II - a chapa cujo candidato a presidente for membro efetivo do respectivo CONSEG há mais tempo.

§ 15. Os membros efetivos que ocupem cargo de diretoria, referidos no artigo 15, III, IV, V e VI e no artigo 19, 20 e 21 serão demissíveis e pedido ou por procedimento previsto na Seção XII, e seus substitutos serão nomeados por quem estiver no exercício da Presidência do CONSEG.

§ 16. Em caso de vacância do presidente, assumirá o vice-presidente.

§ 17. Em caso de vacância do vice-presidente, o cargo ficara vago até a próxima eleição, sendo que o 1º secretário responderá pelas tarefas inerentes ao cargo, sem, contudo ser empossado como vice.

§ 18. Em caso de vacância dos dois cargos, presidente e vice-presidente, será convocada reunião ordinária para nova eleição, sob supervisão dos membros natos.

§ 19. A desincompatibilização de membros da diretoria que estejam no exercício de mandato para concorrer à próxima eleição deverá ocorrer até o término da reunião ordinária do mês de junho, conforme disposto no parágrafo 7º deste artigo, exceto se houver inscrição de uma única chapa concorrente.

§ 20. Havendo a desincompatibilização e a consequente vacância dos cargos de presidente e vice-presidente, assumirão, no período mencionado no parágrafo anterior, os dois membros natos, mencionados no artigo 16, I e II aos quais serão entregues os livros e demais documentos do CONSEG, assegurando-se, dessa forma, vista à tal documentação por todos os candidatos.

§ 21. Será permitida a reeleição por mais de um mandato.

Art. 42. A apuração dos votos e proclamação dos resultados pelo conselho deliberativo será consignada na ata de eleição.

§ 1º Os recursos contra o resultado do pleito só poderão ser interpostos até cinco dias após as eleições, junto ao conselho deliberativo por qualquer integrante da chapa concorrente que se sinta prejudicado pelo resultado.

§ 2º Indeferido o recurso pelo conselho deliberativo, caberá recurso ao coordenador estadual, interposto até cinco dias, a contar da ciência do indeferimento.

§ 3º A posse dos eleitos será formalizada após a decisão dos recursos porventura interpostos.

§ 4º Caso o recurso resulte na anulação do pleito, novas eleições serão realizadas nos próximos 30 dias, nos

termos desta Seção, a contar de reunião em que o conselho deliberativo cientificar os membros efetivos do resultado do recurso.

§ 5º Todo o material eleitoral permanecerá sob guarda dos membros natos por, no mínimo, 180 dias após as eleições, ou por tempo superior, caso seja impetrado recurso, não devendo ser destruído até que tais recursos tenham sido apreciados e decididos.

§ 6º Enquanto não forem julgados todos os recursos, permanecerá no cargo a diretoria atual.

Seção IX

Das Reuniões

Art. 43. As reuniões do CONSEG terão cunho público e serão abertas, devendo realizar-se em local de fácil acesso à comunidade, preferencialmente em imóvel de uso comunitário e que não sediem órgão policial. Aferir-se-á o quórum das reuniões em primeira verificação no horário convocado com, no mínimo de membros efetivos presentes à reunião, respeitado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º Os membros do CONSEG reunir-se-ão, ordinariamente, em Sessão Plenária, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando o interesse público assim o exigir.

§ 2º Reuniões ordinárias as quais compareçam, além de membros natos, membros da diretoria, e, no mínimo, dois membros efetivos, serão suspensas por falta de quórum, registrando-se o fato em ata.

§ 3º O presidente, ouvidos os membros natos, poderá convocar reuniões de trabalho quando o interesse público assim o exigir, às quais terão acesso, exclusivamente, os membros da diretoria e pessoas especialmente convidadas.

§ 4º As unidades de polícia especializada, quando solicitadas, indicarão representantes para a participação, como membros participantes, em reuniões do conselho da área de suas respectivas circunscrições.

§ 5º O calendário anual das reuniões ordinárias indicará data, horário e local e será expedido no início de cada exercício, observado o disposto no artigo 24, I.

§ 1º O Secretário da Segurança Pública, por intermédio do coordenador estadual, promoverá anualmente um encontro estadual de estudos técnicos e intercâmbio entre os representantes dos CONSEGS.

§ 7º O presidente de CONSEG acompanhado ou não por sua diretoria, com ciência dos membros natos, poderá agendar entrevista com o coordenador estadual ou com seus assessores, a fim de tratar de assunto do respectivo conselho.

§ 8º O coordenador estadual, pessoalmente ou por intermédio de seus assessores, visitará os CONSEGS com finalidade de cortesia, intercâmbio de experiências, aprimoramento doutrinário e inspeção, nos termos deste regulamento.

§ 9º O coordenador estadual programará visitas conjuntas de presidentes de CONSEGS ao Secretário da Segurança Pública, mediante agenda a ser difundida no início de cada ano.

§ 10. O CONSEG programará uma reunião festiva anual, durante a qual homenageará seus membros mais assíduos, autoridades e personalidades que hajam contribuído, de modo relevante, para o progresso do CONSEG e a Segurança da Comunidade.

§ 11. Alunos estagiários que visitem o CONSEG receberão especial cortesia e atenção.

Art. 44. A reunião ordinária deverá obedecer a uma pauta-padrão, contendo o seguinte:

- I - abertura pelo presidente;
- II - composição da Mesa;
- III - saudação à Bandeira Nacional;
- IV - leitura da ata de reunião anterior;
- V - leitura da correspondência recebida e expedida;
- VI - prestação de contas das tarefas distribuídas nas reuniões anteriores;
- VII - ordem do dia, com tema principal a ser tratado;
- VIII - assuntos gerais;
- IX - palavra livre com inscrição prévia junto à Mesa;
- X - síntese dos assuntos tratados e comunicação da próxima reunião.
- XI - encerramento.

§ 1º A duração da reunião ordinária não deverá exceder a duas horas, comunicando-se ao plenário, no início da mesma, o horário estipulado para seu término.

§ 2º As decisões dos temas tratados em reunião serão tomados, sempre que cabível, por votação aberta, da qual poderão participar os membros efetivos presentes.

§ 3º A presença dos membros natos à reunião mensal do CONSEG será obrigatória, devendo ser representados em qualquer impedimento. A ausência dos membros natos, ou de seu representante, por 03 (três) sessões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas será comunicada aos seus respectivos superiores.

§ 4º Os problemas de segurança persistentes, constantes de atas anteriores e não satisfatoriamente atendidos, bem como a ausência constante de membros natos às reuniões, deverão ser comunicados pelo Presidente, através de ofício circunstanciado ao Coordenador Estadual.

Art. 45. As denúncias que possam importar em risco à incolumidade física ou à integridade moral do autor ou de outrem deverão ser formuladas sigilosamente ao Presidente do Plenário da reunião e em local reservado.

Art. 46. É proibida a extração de listagens com dados pessoais de membros do CONSEG, exceto com

autorização expressa dos identificados, para fornecimento a terceiros.

Parágrafo Único. Caso a Diretoria entenda que é benéfico para os membros do respectivo CONSEG receberem mensagem por mala direta, remetida por terceiros, deverá providenciar para que as correspondências sejam entregues ao CONSEG, que as etiquetará e postará, às expensas do remetente, mas sem que o último tenha acesso às listas de membros do conselho.

Art. 47. Todo CONSEG deverá indicar para cadastro um endereço para sede, administração, remessa de correspondência, correio eletrônico, página da WEB e, se possível, atendimento à comunidade, mantendo-se atualizado junto ao Coordenador Estadual.

Seção X

Da Administração

Subseção I

Da Escrituração

Art. 48. Cada CONSEG deverá adotar os seguintes livros de controle e de registro das operações decorrentes de suas atividades:

- I - Livro de atas de reuniões de diretoria;
- II - Livro de registro de ética e disciplina;
- III - Livro de presenças às reuniões.

Seção XI

Dos Deveres dos Escalões Policiais Superiores

Art. 49. Os superiores hierárquicos imediatos dos membros natos poderão incentivar de forma integrada entre as Polícias Civil e Militar, a participação comunitária, acompanhando as atividades do CONSEG da respectiva área de atuação, de forma a:

I - articular com os Presidentes, membros e lideranças comunitárias, diretrizes, normas e procedimentos, visando a homogeneização de ações em prol da Segurança Pública, com base em dados estatísticos elaborados a partir das ocorrências registradas;

II - incentivar palestras e encontros regionais, objetivando propiciar orientação e qualificação técnica aos membros dos CONSEGS;

III - desenvolver campanhas educativas visando esclarecer a comunidade, com a finalidade de aumentar a sua auto-proteção e inibir infrações;

IV - motivar o trabalho de seus subordinados junto à comunidade e demais setores do Governo, para combater fatores que gerem a criminalidade; e

V - articular a comunidade e os órgãos públicos para a correção de fatores ambientais que afetem a Segurança Pública.

Art. 50. As cópias das atas padrão mensais dos CONSEGS serão conhecidas pelos respectivos chefes

imediatos dos membros natos para acompanhamento de suas atividades e para a adoção de medidas de sua alçada. Estes documentos também deverão ser enviados à Assessoria Comunitária de Segurança da SESP.

Seção XII

Da Ética e da Disciplina

Art. 51. São deveres comuns aos membros natos, efetivos e visitantes dos CONSEGS.

I - ser assíduo e pontual às reuniões dos CONSEGS;

II - desempenhar com zelo as atribuições de que lhe for incumbidas pelo CONSEG;

III - apresentar-se e comportar-se, inclusive em sua vida privada, de forma condizente com os elevados objetivos dos CONSEGS e com a importância de seus representantes;

IV - abster-se do uso do nome do CONSEG ou das informações a que tiver acesso em razão do Conselho, para obter facilidades pessoais de qualquer natureza, para encaminhar negócios particulares de terceiros ou para sugerir ser credor de tratamento privilegiado por parte da polícia ou de outras autoridades;

V - guardar sigilo quando a natureza do assunto o exigir;

VI - zelar pela conservação dos livros documentos, impressos, demais matérias dos CONSEGS e pelo patrimônio dos locais onde as reuniões se realizam;

VII - atender as solicitações feitas ao CONSEG, desde que não colidam com o disposto no presente regulamento;

VIII - tratar com urbanidade os demais membros dos CONSEGS, cooperando e mantendo o espírito de solidariedade de trabalho;

IX - manter atualizados seus dados de qualificação pessoal junto ao CONSEG;

X - promover o civismo através do culto aos símbolos e tradições da pátria e seus instituições;

XI - privar-se de realizar proselitismo político-partidário ou religioso nas reuniões dos CONSEGS;

XII - acolher as determinações legais, orientações técnicas e interpretações doutrinárias sobre os CONSEG emanadas do Secretário, do Coordenador Estadual, das autoridades policiais civis e militares com circunscrição sobre a área do Conselho e dos membros natos;

XIII - estimular a harmonia e o respeito entre os membros da comunidade, a polícia e o Governo;

XIV - privar-se de utilizar meios ilícitos, aliciar votos ou tecer comentário desprestigiado a respeito de candidatos concorrentes, em pleitos eleitorais no CONSEGS;

XVI - não criticar o CONSEG fora de reunião;

XVII - recusar-se a fornecer dados pessoais de membros do CONSEG a terceiros, nos termos e nos limites impostos por este regulamento;

XVIII - adotar as providências de sua alçada para fazer com que se retire da reunião pessoa que esteja perturbando o andamento dos trabalhos, que haja sido excluída do CONSEG por motivos disciplinares ou que possa trazer risco à integridade física dos frequentadores do conselho;

XIX - evitar tratar, no curso da reunião, de tema alheio à pauta ou às finalidades dos CONSEGs;

XX - desestimular a apologia à violência, o descumprimento das leis e a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana como solução para os problemas de segurança da comunidade;

XXI - abster-se de imiscuir-se em assuntos de administração interna ou de exclusiva competência da polícia, tais como elaboração das escalas de serviço, punições disciplinares, movimentação de pessoal, técnicas de planejamento e execução de operações policiais;

XXII - abster-se do uso irregular e adotar as medidas corretivas ao seu alcance, ao constatar emprego indevido do nome ou de símbolo do CONSEG, nos termos da Seção III;

XXIII - não atribuir falsamente, nem admitir que outrem atribua, a membro do CONSEG, a prática de fato que possa construir violação de norma ética ou disciplinar;

XXIV - acautelar-se para que não se retarde ou não deixe de se praticar ato exigido por este regulamento, por omissão ou para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;

XXV - licenciar-se da condição de membro efetivo do CONSEG, nas seguintes condições:

a) quando candidato à reeleição no CONSEG, afastar-se 30 dias antes do pleito, exceto se não houver inscrição de outra chapa concorrente;

b) quando candidato a cargo eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo, com 90 dias de antecedência, podendo reassumí-lo após o pleito, caso não seja eleito ou, em sendo eleito, após o término de seu mandato;

c) quando indiciado ou processado por crime ou contravenção, cuja repercussão na comunidade possa vir a trazer prejuízo à imagem do CONSEG;

§ 1º Todo membro do CONSEG, nato, efetivo ou visitante, que encontre alguém na prática de ato irregular que possa trazer prejuízo ao CONSEG, deve levar o fato ao conhecimento de quem for competente para adotar as medidas previstas nesta Seção.

§ 2º No caso do item c, o membro efetivo que for condenado com sentença definitiva transitada em julgado, será excluído do CONSEG, independentemente do disposto nos demais artigos desta Seção. Todos seus atos praticados no CONSEG, caso seja membro da direção, ou ainda, membro nato, serão considerados nulos a partir da data de publicação da sentença definitiva, caso esta não permita recurso ou este não seja oferecido.

Art. 52. O não cumprimento dos deveres dispostos nesta Seção, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais, implicará em:

I - advertência, reservada ou pública;

II - suspensão de até 60 dias;

III - exclusão do CONSEG.

§ 1º Será suspenso o membro efetivo ou participante quando for indiciado ou processado por crime ou contravenção, cuja repercussão na comunidade possa vir a trazer prejuízo à imagem do CONSEG.

§ 2º A imposição da sanção disciplinar prevista no inciso III, ao Presidente ou Vice-Presidente do CONSEG, seus Diretores, membros dos Conselhos, por infração ao disposto nesta Seção não implicará em pena acessória de perda do mandato do punido.

Art. 53. Ao Conselho de Ética e Disciplina compete:

I - apurar, por iniciativa do Presidente do respectivo CONSEG, as infrações atribuídas aos membros natos e da própria comissão.

II - opinar pela penalidade cabível, quando entender procedentes as acusações.

III - propor ao Presidente do respectivo CONSEG a interpretação de normas legais sobre os CONSEGs, mediante consulta.

Art. 54. São competentes para a apuração das infrações regimentais, previstas neste regulamento:

I - o Conselho de Ética e Disciplina, por iniciativa do Presidente do respectivo CONSEG, nas infrações atribuídas a membros efetivos e da Diretoria (artigo 15, III a VI), opinando pela penalidade cabível quando entender procedentes as acusações;

II - o colegiado, integrado por um Delegado da Polícia indicado pelo Delegado Seccional, um Oficial PM indicado pelo Comandante do Batalhão da Polícia Militar da Área a um Presidente de CONSEG, indicado pelo Coordenador Estadual, nas infrações atribuídas a Presidentes do CONSEGs, opinando pela penalidade cabível, quando entender procedentes as acusações;

III - o colegiado, integrado por três membros, indicados respectivamente pelo Presidente e pelos membros natos, nas infrações de membros do Conselho de Ética e Disciplina, Fiscal e Deliberativo, opinando pela penalidade cabível, quando entender procedentes as acusações.

§ 1º No caso de infrações cometidas por presidentes de CONSEGs, caberá a qualquer dos membros natos, uma vez cientes da acusação, representar ao Coordenador Estadual para a devida apuração.

§ 2º No caso de infração atribuída aos membros natos, proceder-se-á conforme a legislação específica das respectivas instituições policiais.

Art. 55. No caso de infração estatutária grave, atribuída em concurso de dois ou mais membros da Diretoria ou dos Conselhos do CONSEG, o fato será levado por membro nato ao conhecimento do Coordenador Estadual, que requisitará a apuração do ocorrido à Comissão Superior de Ética que poderá, inclusive, sugerir ao Coordena-

dor Estadual a destituição coletiva da Diretoria ou dos Conselhos.

§ 1º Ouvida a Comissão Superior de Ética, poderá o Coordenador Estadual destitui-los, intervindo no CONSEG, e promover sua reorganização, nos termos do artigo 6º deste Regulamento.

§ 2º O Coordenador Estadual dará conhecimento à comunidade da área das razões de sua intervenção no Conselho atingido pela medida.

Art. 56. Caberá recurso:

I - de reconsideração, dirigido às próprias autoridades que proferiram o ato decisório;

II - da decisão do pedido de reconsideração ao Coordenador Estadual, ouvida a Comissão Superior de Ética.

Art. 57. Da decisão do Coordenador Estadual, de que trata o artigo 55, caberá recurso coletivo, interposto por todos os membros destituídos da Diretoria, ou Conselhos, em prazo de cinco dias úteis, ao Secretário da Segurança Pública.

Art. 58. Para a aplicação das sanções previstas no artigo 52 e apurados nos termos do artigo 54, são competentes.

I - o Presidente do respectivo CONSEG, para as infrações regimentais dos membros efetivos e da diretoria (artigo 15, II a VI).

II - o colegiado integrado pelo Delegado Divisional, pelo Comandante do Batalhão do Policiamento da Área e um Presidente de CONSEG, diverso do que haja apurado o fato, também indicado pelo Coordenador Estadual, para as infrações regimentais de Presidente de CONSEG.

III - o colegiado, integrado pelo Presidente e pelos membros natos, para as infrações regimentais de membros dos Conselhos.

Art. 59. Os procedimentos assegurarão ampla defesa aos acusados, e deverão obedecer aos seguintes prazos:

I - dez dias, a contar da notificação à autoridade competente para apurar a eventual infração regimental, para citação formal dos acusados.

II - trinta dias, a contar da citação dos acusados, para a entrega do relatório com as conclusões da apuração, para decisão da autoridade competente.

III - dez dias úteis, a contar do recebimento do relatório de apuração, para decisão.

IV - cinco dias úteis, contados da decisão, para pedido de reconsideração às autoridades que proferiram o ato decisório.

V - cinco dias úteis, após a ciência do pedido de reconsideração, para recurso ao coordenador estadual.

§ 1º Caberá prorrogação dos prazos a critério do coordenador estadual.

§ 2º Os processos de apuração disciplinar realizados pelo CONSEG, uma vez concluídos, permanecerão sob guarda do 1º secretário, em envelopes lacrados e rubricados pelo presidente e pelos membros natos.

§ 3º O presidente e os membros natos, por maioria de votos, poderão, havendo fundada razão, autorizar terceiros a tomar ciência do conteúdo dos documentos referidos no parágrafo anterior, lavrando-se o fato no livro de registro de Ética e Disciplina.

§ 5º Se cominada ao membro à pena de advertência reservada, a mesma lhe será imposta exclusivamente em presença dos membros natos e autoridades que lhe impuseram a medida em primeira instância.

Art. 60. Compete à Comissão Superior de Ética:

I - receber e julgar, em grau de recurso, os pedidos de reconsideração previstos no artigo 56, II, submetendo o veredicto à decisão final do coordenador estadual;

II - apurar e julgar originalmente as faltas coletivas da diretoria e dos conselhos, inclusive propondo a destituição da diretoria ou conselho respectivo e intervenção do coordenador estadual no CONSEG, visando a sua reorganização, nos termos do artigo 55 e seu parágrafo 1º;

III - expedir parecer a respeito da interpretação de normas legais sobre os CONSEGS, quando consultada pelo coordenador estadual.

Parágrafo Único. A Comissão Superior de Ética será designada pelo coordenador estadual e constituída por cinco membros, sendo dois presidentes de CONSEGS, um assistente policial militar, um assistente policial civil e um membro efetivo de CONSEGS.

Seção XIII

Das Disposições Finais

Art. 61. Será estabelecido pelo coordenador estadual modelo da ata padronizada, a ser adotada pelos CONSEGS.

Art. 62. Os currículos das unidades formadoras, de aperfeiçoamento e especialização dos Quadros da Polícia Civil e Militar deverão ser ajustados a partir da edição desta resolução, de modo a contemplar o ensino de Polícia Comunitária.

Art. 63. O coordenador estadual organizará, envolvendo as áreas de ensino das Polícias, treinamento em Polícia Comunitária para líderes de CONSEGS.

Art. 64. Ao coordenador estadual dos CONSEGS competem às atribuições que lhe foram conferidas neste regulamento.

Art. 65. Ficam estabelecidas eleições para todos os CONSEGS, em obediência ao disposto no presente regu-

lamento, para o mês de julho subsequente à edição desta resolução.

Art. 66. Os conselhos vigentes que estiverem com suas diretorias em desacordo com o presente regulamento permanecerão até o final da gestão, devendo acatar as determinações na próxima eleição impreterivelmente, com pena de serem considerados inativos.

Art. 67. Os Municípios ou bairros que atuam na comunidade na forma de associação de moradores e assemelhados poderão ser admitidos, por prazo estabelecido de comum acordo entre a associação e coordenação do CONSEGS, para tal deverá realizar reunião específica sobre o tema Segurança Pública, causas e efeitos.

Art. 68. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a criação, no Estado do Paraná dos Conselhos Comunitários de Segurança que têm por designação abreviada CONSEGS.

A proposta do conselho é promover e implantar programas de orientação e divulgação de ações de autodefesa às comunidades, inclusive estabelecendo parcerias, visando projetos e campanhas educativas de interesse da Segurança Pública, promover eventos comunitários que fortalecem os vínculos da comunidade com sua política e o valor da integração de esforços para atos e condições seguras na prevenção de infrações e acidentes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 134/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o objeto constante no anexo VII, com protocolo de nº 1739 de iniciativa do Poder Legislativo do Plano de Aplicação da Lei nº 16369, de 29/12/09, que passará a figurar com a seguinte descrição: Objeto 2203 - Implantação do Curso de Medicina na Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *campus* Foz do Iguaçu.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 16369, de 29/12/09, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de corrigir, unicamente, o objeto que saiu trocado, e continua com a mesma dotação orçamentária já aprovada pela Lei nº 16369, de 29/12/09, quando o objetivo do autor era destinar recursos para a implantação do curso de medicina na Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE *campus* em Foz do Iguaçu, através da emenda à despesa aprovada e protocolada sob nº 1739.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de me dirigir aos senhores visitantes aqui nesta Casa. Os senhores são bem-vindos. Por se tratar de um tema extremamente importante que deverá ser votado hoje, e só será votado hoje se vocês impedirem; se vocês não impedirem vamos cumprir o nosso papel aqui hoje. Já tivemos uma Audiência Pública que foi suspensa, não era eu que estava presidindo, era o Deputado Durval, e ele não teve outra alternativa. V. Exas. sempre foram muito bem-vindos aqui nesta Casa e muito bem tratados. Agora, por favor, os Deputados vão se manifestar de acordo com seu livre arbítrio e vocês vão aguardar a votação, que espero ser a mais correta e a mais justa possível. Agora, por favor, deixem-nos trabalhar. Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. 2º Secretário para a leitura da ata. Há lugar para todos. Podem sentar, pois a Sessão será longa, temos muitas coisas a discutir.

Com a palavra o Deputado Dr. Batista.

(Lida a ata e colocada em discussão)

(Fim da leitura do Expediente)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Peço a atenção dos Srs. Deputados, Deputadas, funcionários desta Casa para um comunicado desta Presidência.

Iniciamos uma semana de grande importância para a vida pública do Paraná. Num ano de fundamentais escolhas para o Estado os paranaenses aguardam decisões de alguns dos seus dirigentes nesses dias. Decisões essas que terão, sem dúvida, repercussão sobre a vida paranaense. Que essa repercussão seja positiva, é o desejo desta Presidência, e estou seguro que de todo conjunto de representantes da população nesta Assembleia Legislativa.

No plano interno desta Casa temos votações fundamentais que interessam ao conjunto dos paranaenses. A mais importante delas é o valor do novo salário-mínimo estadual, que diz respeito diretamente a milhares de paranaenses. Muitos deles aqui presentes nesta Sessão e eu, mais uma vez, reitero as boas vindas e encareço que tenhamos um procedimento excepcionalmente normal.

Além disso votaremos o PAC da COPA e temos outros que também são importantes para a vida do Paraná e da sua população.

No plano administrativo a Comissão de Sindicância terá seus trabalhos conduzidos pelos seguintes membros da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas. Pela Assembleia Legislativa ficam indicados os seguintes funcionários efetivos: Marco Antonio Marconsin, Procurador, Matrícula nº 146; João Carlos Portela, Consultor Legislativo, Matrícula nº 547; Airton César Santin, Sub-Coordenador, Matrícula nº 182. Pelo Tribunal de Contas: Dr. Mauro Munhoz, Matrícula nº 50296, Analista de Controle; Joacir Geraldo Vieira de Lima, Matrícula nº 50091, Analista de Controle.

A Assembleia Legislativa tem o máximo interesse nesta apuração e seguirá colaborando com as investigações. A Constituição determina que não se pode condenar sem provas concretas. Em busca dessas provas e do completo esclarecimento dos fatos reais que este Poder segue agora. Do contrário, se o direito de defesa for ignorado, tais atos e declarações poderão ser contestados no Poder Judiciário e embasar processos de indenização e anulação de atos. Não se pode correr esse risco! Investigados os fatos as consequências serão arcadas, por quem de direito, tendo o Poder Judiciário o importante papel de responsabilizar aqueles que, porventura, cometeram infrações.

Os Deputados e as Deputadas Estaduais são representantes legalmente eleitos da população e, nesta condição, têm a responsabilidade da prudência. A este respeito, eu e os demais membros da Mesa Diretora recebemos reclamações de alguns Deputados a respeito de erros em lista de nomes que estariam vinculados aos gabinetes, publicados por um órgão de imprensa para consulta na internet. A resposta definitiva para tais erros é o recadastramento em curso e com final previsto para daqui a mais ou menos 30 dias. Uma vez encerrado esse recadastramento, a lista de todos os funcionários será publicada no Diário da Assembleia on-line, que trará ainda informações de todos os atos da Casa na internet.

Quero esclarecer aos Srs. e Sras. Deputadas que determinem o imediato recadastramento dos funcionários dos seus gabinetes. Muitos já estão fazendo e é o que ocorre já com a área administrativa. Enquanto isso, a Assembleia não para. Todas as demais atividades permanecem e continuarão em andamento, com especial atenção para a continuidade do processo de transparência que vem sendo fortemente implantado por esta gestão. Tornando-me mais uma vez repetitivo, o fim do voto secreto; a instalação do painel eletrônico, que permite à população saber como vota o Deputado; a implantação da TV SINAL, que mostra ao Paraná a atuação de cada Parlamentar; o Portal da Transparência, com informações na internet a respeito das despesas de custeio e de pessoal dos gabinetes dos Deputados e Deputadas. Uma Assembleia transparente e próxima dos paranaenses foi o compromisso que eu assumi, junto com os demais Deputados que me elegeram Presidente desta Casa. Este compromisso vem sendo cumprido à risca e assim continuará. Vamos ao trabalho e, por favor, nos deixem trabalhar.

Pequeno Expediente:

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas da Mesa, colegas Deputados, colegas Deputadas, líderes sindicais, representantes dos trabalhadores aqui presentes.

Hoje é uma data muito importante. Quando fui Secretário de Estado do Planejamento tive a honra de participar da construção dos cálculos deste projeto do salário-mínimo regional. Fiquei três anos na Secretaria, este é o quarto, inclusive, que tive a honra de participar. Este debate, que tem o mérito de ter rodado quase todo o Estado, tem por trás dele um debate político e ideológico muito grande e que está sendo enfrentado neste momento.

Não é o cálculo pelo cálculo, não é o valor pelo valor. Trata-se de um debate se primeiro vem a perda ou primeiro vem o ganho. Normalmente, nos anos 80, o que se discutia era isso. O problema, diziam os economistas, é que quando você aumenta os salários você causa inflação. Consequentemente, a melhor maneira de se conter o aumento da inflação de um País é não subir salários. Todas as vezes que o salário for abaixo da inflação, você contém o consumo e contém a inflação. Isso aumentou a fome, o desemprego, e o resultado foi o que nós vivemos até muito recentemente. Não há dúvida que é justamente o contrário, porque a inflação corrói o poder aquisitivo do trabalhador.

Então, primeiro vem a inflação, primeiro ela tira o poder aquisitivo, depois vem o reajuste. Ou seja, o trabalhador sempre perde. A correção salarial sempre vem depois. Por que isso? Porque é simples, primeiro você calcula o que ocorreu de inflação, primeiro calcula a perda, para depois dar a correção; nunca é o contrário. Então, embora se tenha o discurso que se privilegia o salário, embora se tenha o discurso de que é fundamental que todos ganhem bem para que a economia possa crescer, para que as pessoas possam ter dignidade, sempre em um debate como esse começam a surgir teorias que tentam destruir o que a prática já mostrou.

Nos anos 70, início de 80, um economista que ainda vive, Edmar Bacha, escreveu um livro chamado Os Mitos de uma década; estamos falando de 30 anos atrás. E ele destrói exatamente isso, provando que não tem um mito, uma falsidade, uma falha de verdade maior do que você trabalhar com dados como o aumento de salário, aumento da informalidade. Os dados apontam que temos dados aqui, concretos, que em 2005, 2008, aumentou-se em 18.34% o aumento com carteira e apenas 8% o aumento sem registro de carteira. Portanto, o aumento de salário aumentou a formalidade no emprego. Que ele diminui a competitividade, não é verdade.

Em 2003, 2009, tivemos um aumento, segundo o IBGE, de 24,31% no aumento da competitividade das nossas indústrias aqui no Paraná, e os salários não tiveram esse mesmo ganho real, tiveram um ganho real pela metade, em torno de 10%. Sem contar ainda que tivemos nesse período uma drástica redução da taxa de juros, e ainda mais, tivemos uma grande redução da carga tributária, tanto no Brasil, via redução de impostos para aumentar o consumo da população, como aqui no Paraná com a minirreforma tributária que reduziu 95 mil itens ou o imposto dos produtos.

Isso mostra que todas as condições teóricas, políticas, estão dadas e estão prontas para que votemos favoravelmente a esse salário-mínimo regional.

Mais do que isso, criamos aqui condições, como o Presidente Lula fez no Brasil, se cria uma política de correção anual, levando em conta a variação do PIB, da produção, da inflação, e se permite que os trabalhadores do Paraná, assim como no Brasil, tenham o direito a um aumento constante e real do salário que lhe permita ter uma qualidade de vida digna, poder consumir melhor, ter condições de ver a sua família ter futuro, e mais do que isso, que lhe permita produzir mais, fazendo com que o Paraná se desenvolva cada vez mais.

Então, encerro dizendo aos companheiros que a nossa bancada, isso sem dúvida nenhuma, é favorável, é lógico, à votação do salário-mínimo regional, e pedimos para que seja uma aprovação unânime, tendo em vista que estamos apostando e aprovando uma lei que é para o bem de todo o povo paranaense.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros que nos visitam na tarde de hoje para acompanharem a votação que, não tenho dúvida, será feita por unanimidade, do novo piso regional, do salário-mínimo regional.

Antes de entrar no tema que me traz aqui, gostaria apenas de fazer uma consideração: o Presidente desta Casa, hoje, indicou, nomeou as pessoas que farão parte da Comissão Especial que está buscando averiguar e apurar os fatos denunciados durante os últimos 15 dias. Parece-me pertinente, obviamente, que tenhamos o direito da defesa e do contraditório. Eu, particularmente, tenho expressado por várias vezes a opinião que, obviamente, também ia depender da compreensão, não dessa comissão, mas da Mesa Diretora, que o ideal, talvez, e isso será apreciado á frente, é que possamos ter, ao seu tempo, todos aqueles Diários que foram considerados Diários, que não são numerados, mas sabemos que foram

Diários que existiram, que possam ser, todos eles, reeditados, para que não paire a menor dúvida, porque estamos todos sendo cobrados duramente por situações que sabemos que têm que ser e terão que ser esclarecidas.

A minha sugestão, como Deputado, é que possamos ter a reedição, que não significa anulação, de todos os diários publicados, de Sessão Solene, como aqueles que o Deputado trouxe, a relação dos funcionários desta Casa, e outros, mas que por uma razão interna não tinham a numeração específica. Que tenham um Diário específico, com todos os Diários não numerados.

O que me traz aqui não é para falar sobre isso. Deputado Rossoni, o senhor sabe que hoje é o dia do aniversário de Curitiba. Não posso deixar de fazer um registro, que me parece que nos acompanhará em princípio até o dia 3 de outubro, depois, na sequência, se houver um 2º turno, porque o seu partido tem um candidato, que é o Prefeito de Curitiba até o dia de amanhã e que, apesar do slogan: “Fica Beto”.

Infelizmente, para nós curitibanos de nascimento ou por adoção, como é o caso de V. Exa. que é de Bituruna; eu, de União da Vitória, e tantos outros que aqui estão, não conseguimos ver conclusa a licitação do lixo, nem do transporte coletivo, nem das funerárias e nem de alguns outros programas, que esperamos que o Prefeito que assume, Luciano Ducci, possa fazer uma boa administração, porque tem todas as condições para isso. A Prefeitura tem uma boa máquina administrativa e pode fazê-lo. Assim como espero que o Prefeito Luciano Ducci - essa é uma situação que me traz aqui - possa implantar as 30 horas para a Saúde na Prefeitura Municipal de Curitiba, porque o Prefeito Luciano Ducci assinou com o senhor, comigo e tantos outros Deputados, um projeto de lei que aprovamos e, infelizmente, por insensibilidade, o Governador Requião vetou. Digo por insensibilidade porque o Governador Requião sabe o quanto seria importante para os funcionários da Saúde do Estado do Paraná temos o regime de 30 horas. À época, o Deputado Luciano Ducci, inclusive aqui, de público, repetiu diversas vezes que entendia que 30 horas não era um direito do trabalhador apenas, mas do usuário.

Então, que o Prefeito Luciano Ducci, que assume a partir de abril, que tenha certo que ocorrerão muitas cobranças, como essa que falei, que infelizmente a campanha “Fica Beto” acabou não sendo “Fica Beto”, e sim “Sai Beto”, sem cumprir, pelo menos até este momento, aquelas licitações que entendemos serem vitais para o Município de Curitiba. Obviamente que há outras situações que foram cumpridas e há outras que não foram, até pela determinação que não permitiu que houvesse a sua conclusão, mas que certamente será feito no próximo período.

Lamento que ainda tenhamos que governar de uma forma que nos obriga, a cada dois anos, a olharmos uma eleição já pensando na próxima. Não é o Prefeito Beto Richa, não é apenas o Governador Requião, não é a Ministra Dilma, não são os Deputados; é o nosso sistema

eleitoral que talvez impeça que tenhamos uma eleição - não sei se uma eleição geral, tenho dúvida se ela resolveria - mas uma eleição que nos determinasse um período e que fosse cumprido de fato.

Espero que nós, aqui na Assembleia, possamos concluir de uma forma extremamente rápida toda a situação que nos tem afligido, porque independente do partido, volto a dizer, todos nós estamos sendo duramente cobrados. Podem ter certeza, os senhores e as senhoras que acompanharam a votação de hoje, como o Deputado que me antecedeu falou, votaremos todos favoráveis. Esse não é um projeto que faz disputa ideológica, é um projeto que entendemos que é o melhor para a sociedade. Agora, há outros fatos que teremos que cobrar e responder por eles. E responderemos, Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida disso, mas estamos pagando um preço muito caro por essa resposta.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, nosso médico do povo Dr. Batista, lideranças sindicais, trabalhadores, trabalhadores que dão hoje um colorido bonito para esta Casa de Leis. Sejam bem-vindos.

E-mail da Josiane:

Boa-noite. Sou professora do Colégio Estadual Nirlei Medeiros, localizado no bairro Campo Santana - Moradias Rio Bonito, Curitiba/PR. Eu e uma amiga (Michele), montamos um grupo de teatro apenas para o ensino médio, que funciona aos sábados no período da tarde, no local que lecionamos. Essa companhia tem no momento 22 alunos. Sua primeira peça será O Auto da Compadecida, e nesse mês de abril eles estão tendo oficinas referentes a jogos teatrais, voz, expressão corporal, improvisação, etc, com atores profissionais que se dispuseram a dar essas oficinas sem receber nenhuma colaboração. Montamos essa companhia por vários motivos, entre elas, cito: o bairro é muito distante, não há nenhuma atividade cultural aos fins de semana (não há também em dias de semana, mas pelo menos a escola está aberta), assim não apenas os alunos necessitam de alguma atividade, mas também a comunidade merece; acreditamos que esse tipo de atividade desenvolve o aluno e melhora o seu desempenho em sala de aula; sabemos que a idade que nossos adolescentes se encontram, 14 a 18 anos, é muito fácil se envolverem com coisas erradas se não tiverem a devida orientação; são adolescentes talentosos que precisam de oportunidades. Não recebemos nenhuma ajuda financeira, apenas moral, e alguns atores que se dispõem a se deslocarem ao Rio Bonito, entretanto, nossos alunos e a companhia

necessita de mais cursos e bens materiais para funcionar sem maiores problemas, tais como: agulhas, maquiagens, cursos diferenciados, passeios a teatro, ver peças teatrais, palestras, xerox, materiais para os ensaios, entre tantas outras coisas. Por isso, estou por meio desse e-mail pedindo ajuda de qualquer forma. Talvez pudéssemos marcar uma reunião, discutir ideias, formas de ajuda. Levamos nossos projetos e todo material que temos (gravações de oficinas, de ensaios e fotos de tudo que já foi realizado). Precisamos de ajuda para manter nossa companhia, e nossos alunos tão dedicados precisam de incentivos. Espero ansiosa contato.

Obrigada.

E-mail de Jean Carlo Pereira:

Excelentíssimos,

Meu nome é Jean Carlo, sou natural de Irati e venho de família humilde de pequenos produtores.

O motivo do e-mail é que consegui "entrar" na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), para curso de Engenharia Agrônômica. Contudo, devido às baixas condições da família, não poderei cursar o mesmo caso não receba algum tipo de ajuda. Não estou pedindo dinheiro, peço apenas que se alguém conhecer uma empresa ou algum tipo de estabelecimento de Pato Branco, Cidade do campus onde o curso é realizado, que poderia me empregar de alguma forma para poder ir realizar o sonho de filho de produtor, que sempre estudou em escolas públicas, muitas vezes até de madrugada, após trabalhar o dia todo na lavoura e acordando às 5h da manhã para pegar transporte.

Gostaria muito de realizar esse sonho e hoje vivo na euforia de conseguir me matricular, que aliás termina o prazo na terça, portanto necessito de uma resposta de alguém com urgência.

Sem mais nada, simplesmente aguardo retorno.

Desde já lhes agradeço.

E-mail do Davi Rodrigues D'Almeida:

Ilustre Deputado Antonio Belinati. É com satisfação que ouvi seu pronunciamento na tribuna da Assembleia, tenho certeza de que muitos de nós nos sentimos esperançosos pela melhoria salarial, porém de forma justa: É pena que a articulação do Governo foi de tal maneira que impossibilitou maior discussão para se fazer justiça.

Tomamos conhecimento do teor do projeto apenas quando ele tramitou nesta Casa, criando aí uma dificuldade para podermos ajustar para com o melhor juízo.

Fomos responsáveis ao entender o objetivo do projeto, ele cria um soldo base mais consistente, define e valoriza com justiça o percentual de tempo de serviço.

Porém, a distorção existe onde determinado posto (Capitão) teve um salto em seu salário, deixando assim um abismo enorme para com os demais Oficiais e Praças.

Desta forma, mais uma vez nos sentimos impotentes para buscarmos os nossos direitos, é pena que não

fomos chamados à discussão do projeto e sim para apoiá-lo, sem ao menos saber do conteúdo. Estamos em pleno estado de direito democrático, porém ainda somos tratados como se isto não existisse.

Existe um gigante adormecido que está por despertar.

Quando o horizonte se abriu em direção a PEC nº 300 muitos vislumbraram ali uma grande esperança, que serviu de norte para a grande massa da base das Corporações. Já as primeiras investidas passaram a despertar este gigante.

Não há mais volta, pois hoje se aglutina a grande massa, embora timidamente, mas com consciência política, e como a maior virtude até agora sempre foi a paciência, estamos seguindo esta disciplina e estaremos atentos aos acontecimentos. Apenas esperamos que aqueles que juraram defender o povo deste Estado em seus anseios o cumpram, assim como nós juramos defender os cidadãos de bem com a própria vida; lembrando aqui aqueles companheiros que deram suas vidas pela sociedade paranaense e as suas famílias continuam na esperança de que eles não tombaram em serviço em vão.

Por isto acreditamos que ainda há uma esperança no Estado com relação a PEC nº 64, onde certeza o seu voto é de suma importância para corrigir esta distorção.

Acredito na democracia, apesar de tudo.

Curitiba 22/03/10

Davi Rodrigues D'Almeida - Presidente da SBSS.

Sociedade de Beneficente dos Subtenentes e Sargentos do Paraná.

E-mail do Paulo Tarso Figueiredo:

Boa-tarde Deputado Antonio Belinati,

Acompanhamos aqui em Londrina esta semana as votações do aumento salarial geral, bem como a reestruturação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Louvamos seus pronunciamentos na tribuna e sua luta, mais infelizmente somos limitados a certos processos e entendo.

Sendo assim, solicito à este Deputado que nos envie na íntegra, as leis em sua redação final, bem como as tabelas das patentes e graduações do referido aumento.

Sem mais nada, no aguardo subcrevo-me atentamente.

E-mail de Jadson A. P. dos Santos:

Garçons ganham disque-denúncia para garantir gorjeta.

Engana-se quem pensa que os 10% de serviço pagos no restaurante sempre vão integralmente para o bolso dos garçons. De acordo com o Sinthoresp, sindicato da categoria, há em andamento 7 mil ações contra o que os funcionários julgam ser repasse incorreto. E esse número deve aumentar com o serviço de disque-denúncia (0800 7717104) criado na semana passada. "Manteremos em sigilo a identidade de quem botar a boca no

trombone", diz Francisco Calasans, presidente da entidade.

Os acusados podem ser investigados pela CPI da Gorjeta, de autoria da Deputada Maria Lúcia Amary, com instalação prevista para março na Assembleia Legislativa. A categoria tem piso salarial de R\$ 734. Mas há casos em que esse valor é triplicado graças ao serviço.

E-mail de Roni Vander:

Amigo Deputado, gostaria que entregasse esta sugestão ao Governador Pessuti, que com certeza saberá dar valor à opinião dos servidores. Como era de se esperar, o aumento foi o mínimo, a PEC nº 064 está aí para ser votada e a PEC nº 300 engavetada. Gostaria então que os senhores analisassem da possibilidade de se pagar para os militares que possuem curso técnico. Tenho o curso técnico de enfermagem e este curso me ajuda muito em meu trabalho. Demorei um ano e seis meses para concluí-lo e acho que ele deve ser também valorizado; se a gratificação técnica é de R\$ 275 gostaria que fosse incluída aos que possuem cursos técnicos. Tenho certeza que beneficiará muitos Soldados e Bombeiros que usam esses cursos em prol de um serviço cada vez melhor.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Entrei até com projeto aqui, mas morreu na casca, que era tornar obrigatória a gorjeta de 10% para distribuir para esses trabalhadores e trabalhadoras.

Vamos entregar esse apelo do Roni Vander ao Pessuti. Ele tem pretensão de ser reeleito e acho que nenhuma eleição está decidida. Quem não trabalhar bonito, quem não atender a população vai voltar para casa derrotado. É o nosso caso aqui como Deputado.

Hoje é um dia importante, é um complemento do que já temos vivido na nossa história que é a fixação dos novos pisos do salário-mínimo regional no Paraná. Saudando todas as lideranças que aqui estão, trabalhadores e trabalhadoras, vocês estão vindo hoje aqui e tem três, quatro, cinco milhões de trabalhadoras e trabalhadores que vão ser beneficiados com essa presença de vocês aqui. Não é um grupo grande, porque tem muito patrão que não liberou o trabalhador para vir, porque a presença de vocês se choca com o interesse do meu patrão. O bom patrão está feliz, não está nem preocupado com o projeto que vamos votar hoje, porque ele já paga um salário compatível com o que o trabalhador ou trabalhadora merecem ganhar. O mau patrão deve estar tomando calmante, porque ele quer continuar explorando a classe trabalhadora, pagando um salário pequeno, insignificante.

Temos aqui os pisos que vamos votar hoje. Recebi agora há pouco aqui manifestações de entidades patronais para votarmos contra o projeto dos novos pisos, do novo salário-mínimo regional. Vamos botar a mão na consciência, temos que criar um mecanismo que daqui

para frente não haja mais necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras, das entidades sindicais estarem aqui fazendo um trabalho para aprovar projeto. Isto deveria ser automático. Todo ano deveria ter um salário decente, digno. Vocês serão sempre bem-vindos aqui, não estou dizendo para não vir. Estou dizendo que não deveria ter essa obrigatoriedade. “Se não formos, o projeto não vai passar.” E se não vierem é capaz de não passar mesmo.

O que estamos discutindo hoje aqui? Até parece que é uma fortuna que o trabalhador vai ganhar. O maior piso que vai se votar hoje aqui é de apenas R\$ 765 para o técnico. Depois tem os descontos e vai diminuir mais ainda. E ainda estamos discutindo que é muito, tem entidade querendo que reduza. E para quem trabalha na indústria, chega às 7h da manhã, tem indústria, principalmente de confecção, que a costureira levanta 4h30, 5h da manhã e já leva a marmitinha feita; e tem indústria que vi com os meus olhos que não têm um fogão para a costureira esquentar a comida na hora do almoço. Uma ou outra tem, mas não fornece alimentação. E quanto é o piso que vamos votar para os trabalhadores da indústria? Apenas R\$ 714. Uma costureira, trabalhador da indústria, às vezes viaja como daqui a Campo Largo, Colombo, ou até distância maior, para poder chegar antes de clarear o dia na porta da fábrica, e quando volta à noite para casa, volta todo arrebitado.

Para o trabalhador da indústria R\$ 714, e tem gente querendo gorar, tem gente botando olho ruim e dizendo que é muito. Para os trabalhadores do comércio e serviços gerais R\$ 668,50, e para quem trabalha na agricultura R\$ 663.

Quero agradecer aos bons patrões, torço sempre para o sucesso da empresa, porque se eu trabalhar numa empresa e ela quebrar, vou ficar desempregado. Torço sempre pelo sucesso do empregador. Nosso elogio ao empregador humano, que dá condições de trabalho. Não é pagar um salário um pouco maior e tratar com desrespeito o nosso trabalhador.

Nosso louvor aos empregados, nossa crítica e o nosso puxão de orelha aos maus empresários que querem apenas dinheiro no bolso.

Lembrar as lideranças das várias entidades sindicais que estão nas galerias nesta tarde que, segundo o DIEESE, não é cálculo de Antonio Belinati, não é cálculo do Deputado Romanelli, é cálculo do DIESSE, que temos os maiores técnicos do mundo. Segundo o DIEESE, salário-mínimo decente deveria ser hoje de R\$ 2 mil e não é esse aqui que estamos discutindo R\$ 663, R\$ 714, R\$ 765. Ainda é muito pouco pelo alto custo de vida, pelo que representa um chefe de família, ter esposa, dois, três filhos estudando. Cada chefe de família sabe como a vida está pesada. Com um salário-mínimo você vai ao supermercado hoje e quase não dá para lotar um carrinho de compra. E as despesas de água, luz, telefone, roupa, sapato, remédio, etc.

Portanto, encerro e vou votar a favor desse projeto que ainda não é o ideal.

Senhores patrões, senhoras patroas, que Deus ilumine para que chegue um dia em que o nosso trabalhador possa ter um padrão de vida confortável.

Estava vendo um dia nos Estados Unidos, uma faxineira diarista pega o carro pela manhã, liga o carro na garagem e vai lá se arrumar, pega o equipamento de limpeza, pega um som numa música gostosa. Você pergunta: “Mas a senhora é doutora, empresária, o que a senhora faz?” Sou empregada, diarista, vou limpar um apartamento pela manhã, à tarde vou limpar outro e com o que ganho fazendo faxina tenho carro, essa casa é minha. Se falarmos isso no Brasil vão dizer que estamos loucos, que enlouquecemos.

Patrões e patroas, queira a Deus que chegue o dia em que o trabalhador e a trabalhadora sejam tratados com dignidade, com um salário justo.

Por isso que daqui a pouco votaremos SIM, contrariando os maus patrões, daqui a pouco votaremos a favor desse novo salário-mínimo regional, que é o mínimo que devemos fazer pela classe trabalhadora do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; 1ª Secretária, Beti Pavin; 2ª Secretária, Deputada Rosane, senhoras e senhores que nos visitam, presidente do sindicato, o Denílson, Jorge Moraes e todo o Estado do Paraná.

Essa nossa preocupação com esse salário, que brevemente estarei falando, estou muito preocupado, e quero agradecer a todos estes Deputados e Deputadas presentes pela aprovação de um projeto que apresentamos nesta Casa com uma preocupação muito grande com a saúde do homem. Em todas as partes do mundo há uma preocupação muito grande com a saúde da mulher e também com a saúde da criança, mas e com a saúde do homem? É impressionante, e eu, como cirurgião e médico, o Dr. Cheida, o Dr. Accorsi, o Dr. Felipe Lucas, sabemos que quando estamos diante de um paciente com todas as suas preocupações, com todos os seus tabus, o paciente não tem coragem e ser examinado por um médico, não tem coragem de ser tocado no consultório, e isso faz com que muitas patologias tomem conta de todos os seus órgãos, de todo o seu organismo e chegue em uma condição precária para que possamos ajudá-lo. Eu sonho em ter uma Saúde de Primeiro Mundo não só para o homem mas para todos os seres humanos, principalmente aqueles menos favorecidos, aqueles que tem um salário-mínimo mesmo, aqueles que não tem a mínima condição de ter um plano de saúde. Hoje me entristeço neste País, porque se você não tiver um plano de saúde você vai morrer na porta do hospital, ou talvez nem chegue ao hospital, talvez nem tenha vaga! Isso é preocupante! Agora, você imagine

quem ganha um salário-mínimo! Como é que vamos fazer com vocês! Poxa, chega na porta do hospital com uma patologia que está te levando a óbito e não podemos te ajudar porque não tem vaga; mas aquele que tem um grande convênio, aquele que tem dinheiro, que tem condições, um grande empresário, com certeza consegue uma vaga e consegue ser operado.

Tivemos uma grande Audiência em Maringá, em que estavam presentes os Deputados Durval Amaral, Romanelli, a Deputada Cida Borghetti, os Deputados Luiz Nishimori, o Quinteiro, Enio Verri, a nossa presença, todos do sindicato e também estavam os grandes empresários, e fui claro em dizer: se estamos preocupados com a Saúde, se temos hoje o Vice-Presidente da República vivo, é porque ele confessou, em um programa de televisão, que está vivo porque tem dinheiro. Agora, você imagine quem ganha um salário-mínimo!

Olha, com sinceridade, jamais teria coragem de votar contra um projeto desses. Quando o Governador Roberto Requião, toda a organização do Governo e toda a coordenação apresenta um projeto com o maior salário-mínimo regional do País, é porque ele gosta do povo paranaense. Não posso deixar de elogiar o Governador, elogiar todos os Deputados que, com bom censo e com o nosso voto, com certeza vocês terão a aprovação desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Minha saudação a todos os companheiros líderes sindicais, representando aqui as Centrais Sindicais. Quero neste momento parabenizá-los, porque se hoje estamos aqui discutindo o piso mínimo regional, essa ideia, essa proposta surgiu das Centrais Sindicais. Em 2005 foi a primeira conversa que as Centrais Sindicais tiveram com o Governador Roberto Requião, levando a proposta do piso mínimo regional. E hoje estamos aqui votando novamente o piso mínimo regional que, com certeza, vai beneficiar mais de 400 mil trabalhadores formais.

Quero parabenizá-los pela organização, pela forma como têm trabalhado. E, com certeza, contem com o nosso voto, com o nosso apoio no projeto.

Também faço uso da tribuna para registrar que hoje teve um acontecimento muito importante em Brasília, que foi o lançamento do PAC 2. E o importante é que o PAC 2 terá um recurso de R\$ 1 trilhão para serem investidos, de uma maneira especial na infraestrutura logística. O Paraná será beneficiado com cerca de R\$ 1 bilhão e meio. Isso é muito importante! Num outro momento esta-

rei aqui detalhando quais serão os benefícios que o Paraná vai ter como PAC 2. Mas não poderíamos deixar de registrar os avanços com o PAC 1, embora bastante criticado, mas tivemos inúmeros avanços. Se pagarmos só na geração de empregos, tivemos um crescimento de 76% nas obras de rodovias e ferrovias. Tivemos um crescimento de 64% nas obras de saneamento e também 41% de crescimento na construção civil. São três vezes mais que a média. Isso significa muito! Mais do que isso, o PAC 1 beneficiou aquelas famílias que realmente precisavam muito do apoio do Governo de poder, pelo menos, ter a luz elétrica em casa. Nesse sentido o PAC 1 conseguiu contemplar 2 milhões e 300 mil ligações. São 2 milhões e 300 mil famílias do campo que conseguiram ter a energia elétrica graças ao PAC 1. Isso nos enche de orgulho por termos eleito o Presidente Lula, por tudo o que vem fazendo pelo nosso País.

Como disse o próprio Presidente Lula nesta manhã: “O Brasil não aceita o caminho que não seja o do desenvolvimento, mas o caminho do desenvolvimento precisa acontecer com a distribuição de renda”. Acredito que é dessa forma que vamos construir um Brasil melhor. Isso é prioridade do Presidente Lula e de quem esperamos que seja o seu sucessor nas eleições de 2010.

Para finalizar, gostaria de dizer que o Sudoeste do Paraná está em festa hoje, porque aconteceu a abertura oficial da Universidade da Fronteira do Sul, no Município de Realeza. Para nós foi uma grande conquista. Foram os movimentos sociais, na verdade, que estiveram abraçando essa luta. Foram mais de quatro anos reivindicando um *campus* na Universidade Federal. E conseguimos. Só no Município de Realeza serão 270 alunos, com os cursos de Medicina Veterinária, Nutrição, Letras Português, Espanhol, Ciência, Química e Física. Então, isso é importante, porque dá oportunidade para muitas pessoas que não têm condições de pagar um curso superior, de cursos na Universidade Fronteira Sul. A seleção da Universidade Fronteira Sul foi totalmente pelo ENEM. Então, com certeza, está beneficiando muitos jovens e muitos adultos que sonhavam e que sonham em ter um curso superior e, agora, tem esta oportunidade.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, o último orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana V. Exa. tem a palavra por cinco minutos.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente, quero cumprimentar Curitiba, Capital do Paraná, pela passagem do seu aniversário. Curitiba é um pouco de cada um de nós, do empresário bem sucedido ao trabalhador de menor salário, do Prefeito Muni-

pal ao servidor com menor qualificação, todos nós constituímos a Curitiba que faz aniversário no dia de hoje.

Quero fazer uma referência, o Dr. Batista me disse que faria, mas faço em meu nome, em nome dele e dos demais Parlamentares que estiveram no grande rodeio do Município de Colorado, a mais importante manifestação cultural na área de rodeios do Paraná. Parabéns ao Prefeito Marcos Mello e aos organizadores por aquela promoção.

Quero falar, Sr. Presidente, sobre os projetos que vamos votar hoje, até porque pretendo, como a grande maioria dos Parlamentares, não encaminhar na hora da votação. Muitas e muitas vezes, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, aqui nesta Casa, quando as galerias estão cheias, falam que os pronunciamentos são para agradar a galeria. Não é nesta intenção que vou falar. Aqueles que nos ouvem são trabalhadores, outros são empresários e todos nos ouvem e nos assistem pela TV SINAL.

O que eu acho engraçado é que num País como o nosso venhamos a ter manifestações contrárias a um salário de R\$ 600, R\$ 650. Ninguém protesta quando alguém faz um show de um artista que para vir aqui cobra R\$ 150 por show. Ninguém contesta quando um trabalhador não pode esperar na lista do SUS e a cobrança de uma consulta especializada particular seja R\$ 150, R\$ 180. Ninguém contesta quando o trabalhador não consegue comprar um presente para os filhos no dia do aniversário, quando não consegue comprar o enxoval da filha no dia do casamento. Ninguém contesta. O pensamento que se tem é que o trabalhador que tem que trabalhar para que o patrão possa auferir lucros e crescer cada vez mais. Não é assim. A divisão do trabalho não pode ser assim. Não é possível que num País que se paga R\$ 200, R\$ 250 por um pernoite num hotel, que uma família de três, quatro filhos pague R\$ 150 para comer numa churrascaria, venhamos a interpretar que um salário para 30 dias de um trabalhador recebendo R\$ 600, R\$ 700 seja alto. Que tipo de justiça social esperamos para o nosso País quando vamos liquidar a base da pirâmide? Vamos transformar em um grande exército de pessoas, seja em qualquer área, trabalhando sem uma remuneração digna.

E não se fale, como ouvi aqui quando foi apresentado o projeto e nas Audiências Públicas, que o pequeno agricultor não pode pagar. O pequeno agricultor não tem empregada, é agricultura familiar, é a família que faz. Agora, o grande granjeiro tem que pagar sim. Ou será que alguém tem que trabalhar numa colheita de milhares de sacas e tem que trabalhar por R\$ 200? Será que é isso que queremos como justiça social? Quando é que vamos imaginar que a distância entre o mais rico e o mais pobre tem que encurtar um pouco? Quando vamos deixar do discurso para a prática?

Então, o Governador Requião, muitas vezes é contestado aqui nesta Casa mesmo, que não, nós oferecemos para o servidor da iniciativa privada, o que não oferecemos para o nosso servidor público. Não há um servidor

público que ganhe menos que um salário-mínimo, de uma forma ou de outra, ele ganha mais. Agora, convenhamos, uma homenagem ao trabalhador do Paraná, uma homenagem a este Estado, um dos únicos que aumentou a sua atividade de trabalho durante a crise. Então, essa homenagem no dia de hoje, vamos deixar emendas, vamos deixar discursos, vamos deixar defesas direcionadas, e vamos votar o salário-mínimo regional para que possamos, em 1º de maio, virar essa página, pagando um pouco melhor para aqueles que tanto contribuem para o trabalho e para o serviço do nosso Estado.

(Aplausos)

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, eu nunca faltei a uma Sessão, só estava pegando alguns documentos.

Só para registrar que aquele Conselho Estadual de Cadáveres, que foi criado através de uma lei de nossa autoria, já começa a ter os primeiros frutos. Foi uma sugestão que foi apresentada pela Faculdade CESCAGE, de Ponta Grossa, que visa fazer com que os corpos não reclamados, que são indigentes, possam ser cadastrados, através do Conselho Estadual de Cadáveres, e possam ser usados nas universidades a título de estudo. Hoje as universidades têm dificuldades para conseguir um corpo para fazer os estudos, e isso tem atrapalhado um pouco as universidades. Fizemos uma lei, essa lei foi devidamente aprovada por esta Casa, por todos os Srs. Deputados, e para a nossa alegria o Conselho está sendo implantado e tem como Presidente o professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. José, e ele já nos informava hoje que o primeiro já foi doado para uma universidade, que é justamente para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Então, é sinal de que é uma lei importante e que vai beneficiar a Saúde, porque toda a vez que se estudar os corpos, os estudantes estarão se preparando melhor nos cursos com a questão da Medicina. Então, essa é uma lei que esta Casa aprovou, que já foi regulamentado o Conselho e naturalmente que isso já está beneficiando o Estado do Paraná, e principalmente a nossa Saúde.

Às vezes fazemos tantas leis aqui, e essas leis às vezes não têm eficácia, não funcionam, você faz a lei e ela acaba não funcionando. Fizemos várias leis e elas acabaram não dando certo. E essa é uma lei que está dando certo, tanto é que temos um primeiro corpo liberado para uma universidade. E essa dinâmica, a partir de agora, vai se estabelecer por todas as universidades.

Todas as universidades vão receber corpos que não sejam reclamados, principalmente no IML, que permitirão os estudantes, professores, universidades, faculdades, estudarem ainda mais essa questão que envolve a Medicina e ajuda nos estudos que beneficiam a Saúde do Estado do Paraná. Essa é uma boa notícia que aconteceu nos últimos dias, que começa aos poucos a ser regulamentada aqui no Estado.

Quanto à questão do salário que vamos votar, vou acompanhar, como em todos os anos, para que o mínimo regional seja o estabelecido através do projeto de lei. Não tenho dúvida que isso vai beneficiar principalmente as pessoas mais simples. Eu, neste Parlamento, represento as pessoas mais simples, e não poderia votar diferente.

Era isso, Sr. Presidente.

(Aplausos)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Concedo a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, por cinco minutos.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Levanto-me hoje novamente, para falar de um assunto muito relevante para o Estado do Paraná e para a nossa Nação.

Fazer uma referência muito especial de um trabalho, que está sendo promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação dos Magistrados Federais do Paraná e também do Brasil. Estamos em busca da criação e da implantação do Tribunal Regional Federal.

Porém, antes de entrar no tema, fazer uma saudação toda especial. Estamos recebendo hoje na Assembleia Legislativa nossos companheiros do PSB, do diretório de Maringá, que nos visitam e estão nas galerias, nos acompanham nesse evento importante que acontecerá amanhã. Hoje estão nos fazendo essa visita, contemplando o trabalho de todos os Deputados Estaduais do Paraná. Muito obrigado aos integrantes do PSB de Maringá.

A questão do Tribunal Regional Federal da região do Paraná é uma busca dos advogados, mas sobretudo é uma busca que precisamos fazer em benefício do jurisdicionado do Estado do Paraná. Sabemos que hoje o nosso Estado pertence a 4ª Região, cuja sede do Tribunal está em Porto Alegre. Portanto, a 4ª Região integra os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo é exatamente separar o Paraná, integrando ao Mato Grosso do Sul e também

Santa Catarina, cuja sede seja em Curitiba, na nossa Capital. Qual é o alcance disso? É para que possamos ter uma prestação jurisdicional muito mais próxima daqueles que precisam ter acesso à Justiça.

Sabemos que há dias atrás aprovamos uma moção de apoio a todos aqueles que estão buscando a oportunidade do Tribunal aqui em Curitiba. Mais do que isso, vários Deputados Estaduais buscam com as suas ligações, em todo o Congresso Nacional, porque já temos a aprovação de uma PEC, de uma Emenda Constitucional, para criar o nosso Tribunal, que já passou no Senado. Tivemos uma reunião muito importante com o Ministro Bernardo, no sentido que possamos ter uma previsão orçamentária e uma busca política para a criação desse Tribunal.

Faço esse relato do trabalho do Conselho Federal, da Presidência da OAB que também esteve presente, com o Dr. Alberto de Paula Machado, que buscou e nos deu a oportunidade de uma representação e com a presença do Presidente da OAB Estadual, em uma somatória de forças. Na comitiva estava também o Dr. Anderson Furlan, que hoje preside a Associação dos Magistrados Federais. É uma somatória que haveremos de ver contemplada na nossa região, mais uma vez a ação de políticos, de pessoa que querem realmente um bom trabalho da Justiça.

Sabemos que a Justiça Federal buscou até um novo modelo, a própria Administração Pública Federal quer regionalizar a Justiça Federal. Isso já aconteceu. Temos, por exemplo, no Paraná, a Justiça Federal em várias Cidades do interior, em Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, enfim em diversas Cidades do Estado. Agora, se já temos o modelo da regionalização da Justiça Federal, muito importante é a implantação do Tribunal Regional Federal aqui no Estado.

Essa luta não é só do nosso Estado. Existem Estados como Minas Gerais, o próprio Distrito Federal, que estão em busca da implantação do novo Tribunal em regiões diferenciadas.

Então, fica aqui o meu registro, o esforço de todos os políticos do Paraná para que efetivamente isso aconteça. Quero agradecer muito a oportunidade que tive de poder sentar à Mesa com todas essas autoridades públicas, investidas no Paraná e no Brasil, para que pudéssemos tratar desse assunto. Se esse relato é importante, muito mais importante é que o povo do Paraná, Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, saibam da importância e da grandeza que é ter esse Tribunal com sede aqui na nossa Cidade.

Feito esse relato, quero também registrar o grande que estamos procurando fazer na Região Metropolitana de Maringá. Estamos visitando, dia após dia, nas oportunidades que temos, as Cidades de Sarandi, Paiçandu, Ourizona, Mandaguaçu, toda a Região Metropolitana de Maringá, com o objetivo de buscar as necessidades. Hoje temos alguns pontos

importantes para relatar na nossa Região Metropolitana de Maringá: a Educação, a questão do planejamento do transporte coletivo, da Saúde. Dias atrás falei até do sistema de atendimento dos servidores públicos que havia sido suspenso pelo Governo do Estado. Agora já temos pelo menos uma ação, e aqueles que são servidores na Região Noroeste do Paraná serão atendidos por um sistema um pouco diferenciado nas emergências, no hospital metropolitano de Sarandi.

Mas, o fato é que continuamos preocupadíssimos com a situação dos servidores lá na nossa região.

Faço esse registro, um apelo, um pedido, certamente em nome de todos os Deputados da Região Noroeste do Paraná, porque sabemos que os servidores precisam ter uma preocupação realmente afastada da questão da Saúde. Se o atendimento é eficaz, é bom, é importante que seja feito. Faço também esse registro para demonstrar a nossa preocupação e nosso anseio para que, em breve, tenhamos essa situação da Saúde aos servidores públicos regionais do Estado resolvida.

Finalizo o meu pronunciamento dizendo que o Estado do Paraná busca o Tribunal Regional Federal. Estará contando com a nossa ajuda para que isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputados Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar, em nome do PT, os sindicalistas e lideranças de vários Municípios do Paraná, que participam da Sessão nesta tarde de hoje. Queremos manifestar o nosso apoio e a bancada vota a favor do piso regional. Mas destacar o momento da extraordinária importância que o Brasil vive hoje.

(**Lê**):

“Da viabilidade do piso regional.

Avalio que estamos vivendo um ciclo de crescimento econômico que tem todas as condições de ser de longo prazo, o crescimento registrado no período 2004/2008 foi de 4,81% ao ano interrompido momentaneamente em 2009 pela crise financeira internacional, a expectativa para 2010 é de uma variação do PIB entre 5% a 6%, esse cenário é bem diferente do observado nas décadas de 80 e 90 quando foi regis-

trado variação média anual do PIB de 1,57% e 2,54% respectivamente.

Taxas médias de crescimento (%)			
Período	PIB	População	PIB Per Capita
Década de 80 (1981-1990)	1,57	2,14	-0,56
Década de 90 (1991-2000)	2,54	1,57	0,95
Década atual (2001-2010)	3,43	1,25	2,15
2004-2008	4,81	1,25	3,52

Tem um texto famoso chamado Salário, Preço e Lucro. Os clássicos nos mostram que no momento em que há o crescimento na economia capitalista é o momento em que a luta pela distribuição de renda tem todas as possibilidades de se acirrar, de se fortalecer.

Na época da crise o trabalhador fica com medo, com receio de lutar, muito desemprego. E na época do crescimento, como há possibilidade do pequeno emprego, cai a taxa de desemprego e os trabalhadores têm mais condições de lutar.

Queremos saudar esse momento de luta social muito importante, o País está crescendo e os economistas entendem que esse crescimento será de longo prazo. Esse ano o País crescerá de 5 a 6%. Será assim durante vários anos. Em 2016 o Brasil será a quinta economia mundial, temos mais a descoberta do pré-sal. Esse é o momento em que o sindicalismo começa a se fortalecer. Em momentos como esse é muito importante que as lideranças tenham uma visão estratégica. E essa visão o nosso Governador Requião tem, ele implantou esse mínimo regional, que deve ser saudado por todos nós. E as análises do que aconteceu no passado mostram que o piso teve grande consequências para todos os trabalhadores; auxiliou as negociações coletivas para que o aumento fosse maior que a inflação; beneficia as camadas sociais mais desassistidas, como empregadas domésticas; favorece a distribuição de renda. Só assim que a renda se distribui.

Sabemos que no passado o Brasil já cresceu muito, mas era o regime militar e não havia liberdade sindical, havia muita opressão, a ditadura dificultava a luta pela distribuição de renda na sociedade brasileira. Hoje vemos

um País onde há democracia plena, liberdade plena para os sindicatos e eles vão se fortalecer cada vez mais. Temos um Governo Federal que implantou uma política de redistribuição de renda correta, que aumenta o mínimo há vários anos acima de inflação, e fez programas sociais para as pessoas mais pobres, o que permitiu que milhões de homens e mulheres saíssem das classes D e E e atingissem a classe C. Esse é um momento de luta e de organização comunitária que todos devemos saudar.

Todos os Deputados do PT vão aprovar, com muita alegria, esse novo piso. Não podemos aceitar os velhos argumentos conservadores que sempre foram contra o aumento do mínimo e sempre foram contra a luta da distribuição de renda, o argumento do neoliberalismo e do conservadorismo que ainda é muito forte e presente num País como o Brasil.

Se compararmos como é que se distribui a riqueza produzida, e quem acaba se beneficiando dessa riqueza nos Países da Europa, por exemplo, que tem uma história, sabemos que lá uma parte muito maior fica com assalariados e uma parte menor com os juros e com os grandes lucros das empresas. No Brasil é exatamente o contrário.

Portanto, a única alternativa para construirmos esse momento de crescimento econômico, otimismo na sociedade brasileira, é que haja uma luta cada vez mais forte, organização comunitária, sindicatos, associações de moradores, nossa juventude, Organizações Não Governamentais, ambientais, para que possamos aproveitar esse momento novo para o Brasil, para que haja riqueza, mas riqueza com distribuição de renda que beneficie a todos os brasileiros.

Por isso, queremos saudar esse projeto e votaremos todos a favor. E destacar também a Deputada Luciana Rafagnin, e queria saudar junto com ela a nova universidade de Laranjeiras do Sul. É uma experiência inovadora, que vai ter dois no Paraná, um em Laranjeiras do Sul e outro em Realeza. Também terá o *campus* central em Chapecó, Santa Catarina, e algumas Cidades do Rio Grande do Sul, que são os três Estados do País, a Região Sul, onde é mais forte e tem uma tradição a agricultura familiar.

Sabemos que essa universidade, cujo currículo, cujas disciplinas foram organizadas não só por professores, por intelectuais, mas tem uma presença ativa de organização de trabalhadores, sindicatos de trabalhadores rurais da Região Sul, federação de agricultores.

Queremos saudar essa universidade, o Governo Federal está implantando quatro universidades no Paraná, federais, além da Fronteira Sul, a UNILA de Foz do Iguaçu, Instituto Federal do Paraná, está presente em várias Cidades paranaenses, no Município de Iratí, Telêmaco Borba, Paranaguá, Paranavaí, Umuarama, Jacarezinho, Foz do Iguaçu, Londrina, Curitiba e também o CEFET foi transformado em Universidade Tecnológica do Paraná.

A UNILA é outra experiência inovadora, é uma universidade bilingue, 5 mil alunos brasileiros e 5 mil alunos latino-americanos de origem hispânica, corpo docente, 250 professores brasileiros, 250 latino-americanos, também todo um eixo de cadeiras de Tupy Guarani, que são os nossos povos indígenas. A integração da América do Sul e do MERCOSUL.

Tudo isso configura um momento novo na história do Brasil, foi lançado o PAC 2 e essas ações estão presentes em cada Cidade.

No caso de Ponta Grossa nunca existiu uma coisa dessa natureza. Domingo os jornais anunciaram em Ponta Grossa a construção de 4 mil e 600 casas populares pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Uma Cidade que tem um déficit habitacional de 15 mil moradias e que há muito tempo não vivia um momento tão importante na construção de milhares de casas populares que está sendo possível. O Governo corretamente subsidiou a habitação para as pessoas que ganham menos. Aquelas habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida, para pessoas que ganham até 3 mil por mês, será subsidiada em praticamente 50% e vai permitir viabilizar que os trabalhadores mais pobres consigam pagar as prestações de suas casas.

Parabéns aos sindicatos que estão aqui. Um momento de participação, de otimismo, para construir um Brasil mais justo, mais fraterno e mais humano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo a esta tribuna, e lamento que o Líder do Governo não esteja aqui, porque queria fazer uma consulta a ele.

Mas quero fazer um comentário de dois assuntos aqui: temos a rodovia 153, que é uma rodovia federal, que o Governo Federal gastou nessa rodovia São Mateus/ União da Vitória, 25 milhões, previsão de gasto. Já gastou 27 e se você for transitar nessa rodovia ela está intransitável. Não sei como é que poderíamos agir aqui, de repente convidar alguém do DNIT para explicar para nós como se gasta mais do que se previu na rodovia, e a rodovia está em piores condições do que quando iniciou a recuperação.

Viajei neste final de semana para União da Vitória, à noite, e tem lugares que simplesmente não há mais como transitar: o caminhão tem que sair da pista, você tem que desviar do caminhão porque cada um anda e viaja para o seu lado. E o que não consigo entender é que se essa rodovia tivesse recebido um tapa-buracos ela esta-

ria melhor do que com essa recuperação que foi feita. Não sei que tipo de asfalto jogaram nessa pista, porque aquilo está virado em uma polenta: o caminhão passa aqui e pula o asfalto para lá. São só buracos e foram gastos lá nada mais nada menos do que R\$ 27 milhões. Quer dizer, o Governo cumpriu com a sua parte, mas alguém tem que ser responsável pelos recursos que lá foram jogados fora. Porque se o Governo não tivesse entrado com grana, tudo bem, nós poderíamos estar fazendo aqui uma crítica ao Governo Federal, mas o Governo Federal gastou mais do que os R\$ 25 milhões previstos, gastou R\$ 27, e transformaram aquilo em uma coisa inexplicável. Alguém tem que dar uma explicação.

Faço um apelo aos representantes do Governo Federal para que questionem o DNIT para que nos dê uma explicação, porque a própria população da Região Sul questiona por que os recursos foram gastos e a rodovia está pior do que antes dessa recuperação.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Romanelli! Rapidamente, dizer que V. Exa. tem razão. Talvez devêssemos, pela Assembleia Legislativa, fazer um convite para que um representante do DNIT pudesse vir aqui e dizer o que acontece com esse trecho de São Mateus a União da Vitória.

Deputado Enio, V. Exa. que é Presidente do nosso partido, estive inclusive no sábado indo para Cruz Machado, passando por ali. A rodovia não é apenas uma polêmica, mas é uma rodovia criminosa. O que se fez lá não sei, mas a rodovia é criminosa, porque vamos ter uma tragédia de grandes proporções naquela rodovia em um período menor do que se imagina. É um absurdo que os carros passem a 80 km/h e sejam jogados de uma pista para outra.

Concordo plenamente com V. Exa. É preciso, sim, fazer primeiro um convite, e se não for possível um convite depois estudar qual é a possibilidade real, mas trazer o DNIT aqui, porque ele não está explicando para o Governo Federal, está explicando para o Estado do Paraná o que aconteceu naquele trecho que é intransitável. Concordo com V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço pelo aparte.

Vejam, cheguei em um restaurante e duas famílias estavam lá, porque tinham detonado o seu veículo, me pediram explicações e eu não tinha como explicar. É dinheiro público, é uma preocupação nossa, é atribuição do Governo Federal, mas é atribuição nossa também buscar pelo menos uma explicação do que fizeram lá. Algo está errado! Não tenho dúvidas de que alguém tem que ser responsabilizado por aquela rodovia.

Deputado Romanelli, ouça-me! Nós também temos problemas nas rodovias estaduais. A rodovia 153, que liga Palmas a Pato Branco, está intransitável. Pelo

menos até Palmas está intransitável! Se a rodovia 153 está ruim, a 153 - Palmas não existe. É uma rodovia estadual, uma PR, responsabilidade do Estado. A outra rodovia que sai da 153 e que liga Frontin, Rio Azul, Mallet e Irati está intransitável. Uma outra rodovia que está em péssimas condições sai da 153 para Bituruna, Foz do Areia e Guarapuava. Situação difícil. Viajei na rodovia Beltrão - Dois Vizinhos e é uma situação horrível. E sabem o que me preocupa?

Segundo o que temos conhecimento, o DER tem contratos milionários de manutenção dessas rodovias e elas simplesmente estão abandonadas. A rodovia que liga a 153 a Palmas parece que faz 10 anos que não tem recuperação. O que eles fazem? Eles vão lá, logo após uma chuva, dão uma lambidinha com asfalto em alguns buracos, os maiores não têm mais como fechar, só com uma recuperação total, e o DER está gastando fortunas nas manutenções das rodovias estaduais.

Temos várias rodovias, estou falando aqui de quatro trechos: 153 - Palmas, 153 - Irati, 153 - até Guarapuava; a Beltrão - Dois Vizinhos, rodovias que são pagas a manutenção e não há manutenção. Será que não poderíamos chamar aqui o Diretor do DER, o Secretário dos Transportes, até para não cometermos injustiças, temos que ter uma explicação. Precisamos saber por quê os recursos estão sendo gastos e não temos a recuperação das rodovias.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rossoni, penso que poderíamos, sim, convidar o Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot, para vir a esta Casa e fazer uma discussão sobre esse tema que envolve a manutenção das rodovias. Até porque sabemos que não existem contratos milionários dessa forma como V. Exa. se expressa. E sabemos também que este Governo tem feito um grande esforço para modificar a estrutura viária do Estado e fazer os investimentos necessários. V. Exa. também sabe que pegamos as rodovias numa situação extremamente complexa e, ao longo desses anos, estamos trabalhando.

Por exemplo, pego a minha região, do Norte Pioneiro, temos lá 5 ou 6% de toda malha viária em situação ruim, mas o restante está em boas condições e algumas ótimas. Esses trechos que V. Exa. está se referindo certamente devemos ter uma recuperação que custa muito caro. E, obviamente, o DER está fazendo o tapa-buracos. Penso que seria muito apropriado que a Comissão de Obras pudesse trazer o Secretário Tizzot numa Audiência Pública nesta Casa. Ele vem aqui com a equipe do DER e discute trecho por trecho. É o mínimo que uma autoridade, que exerce um cargo tão importante do Estado, pode fazer. E ele virá com a maior boa vontade discutir, dar os encaminhamentos, mostrar o que foi feito e o que

tem que ser feito. É absolutamente bem posta a questão por V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deixo a V. Exa., se me permitir, a incumbência de fazer o convite, porque se apresentar um requerimento de convocação V. Exa. não vai aceitar. Seria bom que ele trouxesse os contratos, quais as rodovias que estão nesses contratos, para vermos se realmente estão sendo executados os serviços. Quando digo milionários, são milionários sim. São valores grandes que o Governo do Estado gasta mensalmente, que algumas rodovias podem estar excluídas desse contrato, e se estiverem incluídas nesse contrato carece de uma explicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto a Liderança do PDT.

(Declina)

No horário do PMDB com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, essa questão suscitada pelo Deputado Rossoni poderia nos levar até um momento profundo de reflexão, porque eu vivi toda essa história. Se nós recuarmos vamos ver que o rodoviarismo implantado aqui, é filho da roubalheira internacional do imperialismo norte-americano.

Lembro-me que tínhamos ferrovias que foram destruídas, senhores trabalhadores, porque os Estados Unidos da América, de uma maneira ou de outra até hoje nossos patrões, tinham o petróleo que era extraído do seu próprio território ou roubado de outras nações. Os americanos fabricavam os caminhões, os pneus, o diesel, o combustível. Então, era preciso se fazer a retirada dos trilhos e fazermos as estradas. Pois bem, essas coisas aconteceram, mas muita gente não quer nem saber das razões que nos levaram a uma dependência histórica, muitas vezes até de séculos, e as coisas continuam mais ou menos dessa maneira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembro que aqui desta tribuna, muitas vezes, o Deputado Pessuti trouxe fotografias das nossas estradas, no tempo do Governo que nos antecedeu, mostrando o grande plantio de bananeiras nos buracos das estradas e muito pé de milho plantado. Acho que até essa plantação, em forma irônica de se mostrar o desgoverno que nós tínhamos, deve ter levado até ao aumento da produção agrícola aqui neste Estado, Deputado Jonas Guimarães. Pois bem, mas o Requião me convoca, me pede para ir para Secretaria dos Transportes. Tínhamos 4 mil e 200 quilômetros detonados, destruídos, e fizemos um grande trabalho. Logicamente, não estou

duvidando das condições relatadas, aqui, que têm as nossas estradas. Agora, é preciso que não se tenha medo nenhum de nada, que se convoque quem tenha que ser convocado, do Governo Federal, do Governo Estadual, para dar as explicações, que não são explicações que devem ser dadas somente para os Parlamentares que estão aqui, mas para o conjunto da população paranaense. Espero que seja desta maneira.

O Péricles falou do golpe militar, rapidamente. Trabalhadores que estão aqui, aquilo que aconteceu em 1964, na realidade, foi uma contrarrevolução. O povo brasileiro estava se organizando. Lembro-me que ainda muito jovem, no dia em que se detonou o golpe militar, eu saí da vila Aparecida - lá no meu Município de Arapongas - juntamente com os trabalhadores do sindicato dos ensacadores e carregadores de café, e fomos para as ruas, mas toda elite governante deste País e do Município estava reunida no centro da Cidade, na frente da Prefeitura, dando todo apoio ao golpe militar. Bom, estou falando isso para pontualmente colocarmos alguma coisa.

Agora, trabalhadores que estão aqui, o que vou falar a respeito das 40 horas? Eu era constituinte, nós tínhamos na época uma jornada de trabalho de 48h, e lembro que Parlamentares da Esquerda, como eu sempre me situei, Parlamentares do PT, do PC do B, e alguns outros partidos, trabalhamos no sentido da implantação das 40h, já naquela época, na década de 80. E até hoje não conseguimos ainda implantar, aqui, no País as 40h e a conversa é a de sempre: o patronato não vai tolerar, não vai poder suportar o regime das 40h, como também dizem que não podem suportar o piso salarial implantado, aqui, no Paraná, mas, na prática, temos exatamente o contrário, de que falavam? Olha, a implantação do novo piso regional vai provocar desemprego? Mentira, na prática, se empregou muito mais gente. Haverá inflação? Pelo contrário, a inflação caiu.

Então, me lembro do tempo do Sr. Delfim Neto, quando Ministro era do Regime Militar, a argumentação das elites, daqueles que mandam neste País há 500 anos, continua sendo a mesma. E precisamos trabalhar sem parar no sentido contrário, porque é fácil você raciocinar da seguinte maneira: quando chega o 13º salário, o que vemos no País? A movimentação da atividade econômica, se vende, se compra, se fabrica, se produz. E agora com a chegada do novo piso salarial do Paraná, o maior do País, vamos ter a injeção, mensalmente, de R\$ 150 milhões de reais na economia. E isso vai fazer mal para quem? Para o Paraná? Não. Para os trabalhadores? Não. Aqueles que anda não tem a proteção, espero que todos possam ter a proteção necessária para serem todos trabalhadores formais, na realidade serão extremamente beneficiados. Portanto, não acredito que tenha um Deputado ou Deputada nesta Casa que irá se colocar contra a implantação do novo piso regional do salário-mínimo, que é um benefício que estamos aguardando, porque

como já se provou, na prática, ele faz bem à saúde do Paraná.

Então, o PMDB, como sempre, pelo menos o PMDB de verdade, aquele que não se corrompeu na longa caminhada, aquele que não se entregou, aquele que quer candidatura própria à Presidência da República, aquele que quer disputar as eleições, aqui, no Paraná, esse PMDB estará nas ruas ao lado dos trabalhadores, para que possamos ter, sim, já, daqui a pouco, o novo piso salarial. A luta pelas 40h deve continuar sem parar.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Antes, porém, Deputado, até por uma questão de agilidade processual, recebo, aqui, a vista do Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, que entrega uma correspondência do Governador, dirigida a este Presidente, nos seguintes termos:

(Lê):

OFÍCIO CEE/G 012/10

Palácio das Araucárias

Curitiba, em 29/03/10.

Senhor Presidente:

Cumprimentando V. Exa. venho apresentar, na forma da Constituição Estadual, renúncia, a partir de 01/04/10, ao cargo de Governador do Estado do Paraná, em cumprimento ao artigo 14, parágrafo 6º, da Constituição Federal, de 05/10/88.

Na certeza de ter levado a bom termo as propostas de Governo, apoiadas, majoritariamente, pelo povo do Paraná, que muito me honrou com seu voto e confiança, inicio agora nova caminhada para abrir maiores e melhores espaços para o Estado no cenário nacional.

Reafirmando meu propósito inabalável de continuar lutando por justiça e fraternidade, aproveito para agradecer o inestimável apoio que sempre recebi desse egrégio Poder Legislativo.

Atenciosamente,

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, primeiramente falar sobre o salário-mínimo regional.

Parabenizar os trabalhadores por esta conquista, pelo trabalho que vocês, como liderança, estão à frente dessa proposta. Essa não é a primeira vez que ouvi isso

aqui. Dizer que vocês terão meu voto favorável para que esse projeto prospere, que ele seja aprovado, que os trabalhadores sejam cada vez mais valorizados no nosso Estado e no Brasil.

Eu, que sempre trabalhei de empregado, sei da importância que é lutar para ter um melhor salário, mas digno, para dar melhores condições de vida para as nossas famílias. Vou votar favoravelmente, assim como também votei favorável a todos os outros projetos dessa natureza.

Apenas lembrar aos demais Deputados que nós, da Bancada de Oposição, vamos oferecer emendas para ajudar ainda mais esse projeto. Por exemplo, emendas para que nenhum servidor do Estado ganhe menos do que isso; emendas para que o Governo do Estado tenha também a mesma coerência, porque esse projeto do salário-mínimo regional quem vai pagar não é o Governo do Estado - ele apenas apresenta o projeto aqui - mas outras pessoas. E isso é mexer no caixa de outras pessoas. Tenho convicção disso e vou votar favoravelmente, por entender que os trabalhadores precisam ganhar mais. Que a diferença do maior para o menor salário do País seja cada vez menor. Temos que lutar para que as pessoas que ganham menos, possam sempre ganhar mais, e com isso fazer a economia girar, para dar mais emprego, consumo e desenvolvimento.

O Governo do Estado tem que dar exemplo dentro da sua casa. Nenhum servidor do Estado deverá ganhar menos do que o salário-mínimo regional.

Um outro assunto que nos traz nesta tribuna, nesta tarde, é sobre o que estou vendo na imprensa com relação ao PAC 2, no Paraná. O Ministério do Planejamento informa que o Paraná já tem assegurado R\$ 1 bilhão e 500 milhões do PAC, só para investimentos em infraestrutura logística no Estado do Paraná. Nossa, o Paraná no PAC 2!

Estava acreditando, até vi aqui: *Estrada Boiadeira está prevista no PAC 2*. Mas ela já esteve no PAC 1, em todos os projetos está lá a Estrada Boiadeira. Só que quem vai lá, só tem buraco. Já tem 30 anos essa conversa! É uma rodovia importante, ligação de Porto Camargo a Campo Mourão. Investimento de R\$ 327 milhões.

Como gostaria de acreditar que realmente acontecesse. Lá na Cidade de Campo Mourão já teve Prefeito que fez foguetório em época de campanha, dizendo: "Olha, a estrada vai recomeçar". Mal chegaram na casa, já tinham até parado de mexer na estrada. Em cada época de eleição aparecem essas notícias. Só acredito no dia em que estiverem inaugurando a estrada. Porque de conversa mole, de promessa que não estão cumprindo, já estou enjoado. Tomara que desta vez o que está escrito neste papel, divulgado pela imprensa, pelo Ministério do Planejamento, seja verdade.

Estamos começando a Semana Santa. Não dá para imaginar que políticos se utilizem desse momento para dizer alguma coisa que não vão fazer. Vamos torcer para

que seja verdade, que esse projeto se concretize, essa estrada seja construída, se viabilize e ajude no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Conheço bem a história, já andei várias vezes fotografando os buracos, as valetas, as pontes, as más condições. Até agora só “gogó”. Chega a época de campanha e começam as notícias. Assim como falaram de 1 milhão de casas e até agora não construíram nem a metade.

Muitos políticos caem em descrédito, só que às vezes o descrédito é bom para os maus políticos, porque os bons políticos gostariam que realmente as coisas acontecessem. É isso que peço: que desta vez seja verdade, que esta estrada se concretize.

Deputado Belinati, V. Exa. pediu um aparte.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns pela luta, V. Exa. é um lutador para que não seja teoria, mas que esta estrada se torne realidade, porque é de grande importância para aqueles valorosos produtores rurais, que V. Exa. tão bem representa aqui nesta Casa.

Um comparativo sobre o mau uso do dinheiro público, para fazer a estrada lá não tem verba, tem conversa. Aqui pertinho, a imprensa estava filmando, estão baixando a marreta nas vidraças do Palácio Iguaçu para destruir aquelas vidraças todas. Na pior das hipóteses, poderiam doar, fazer um reaproveitamento para asilos, creches, etc. E tem gente que vai a Roma para ver as ruínas do Coliseu, do Parlamento italiano, e aqui destruímos a nossa história.

Cada marretada que estão dando no Palácio Iguaçu estão dando para destruir um pedaço da história do Paraná em relação ao Palácio Iguaçu. Dinheiro tem, mas está sendo usado para destruir o Palácio Iguaçu e não para fazer a estrada que V. Exa. tão bem lembra.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado. Só reiterando mesmo, que nossa expectativa é que desta vez seja concluída. Torcer que seja verdade, que essa Estrada Boiadeira seja concluída, que ganha com isso é o Estado do Paraná.

Volto amanhã a falar sobre outra estrada, de Campo Mourão a Palmital, que está previsto o investimento aqui e que torçamos que realmente aconteça. E para os trabalhadores, mais uma vez parabéns pelo trabalho de vocês e pela força que estão conquistando junto com esse projeto que está sendo aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me manifestar a respeito desse projeto de lei que engrandece o Estado e principalmente a classe trabalhadora deste Estado, que é o projeto de reajuste do salário-mínimo Regional. Mas antes é preciso dizer que o mundo olha o Brasil com um certo espanto, um olhar de admiração. E o Brasil volta seus olhos para o Paraná num misto de surpresa e, de certa maneira, até alegria, porque algumas coisas que estão acontecendo aqui no Paraná são o inverso da lógica que sempre se apregooou. Sempre se disse em todo o mundo, em qualquer economia, que para melhorar o caixa dos Governos, para melhorar a receita era fundamental se aumentar os tributos. Ou seja, aumentando os tributos há aumento de receita. E os Estados impiedosos jamais falaram ao contrário. Temos aí desde a Idade Média os Reis cobrando tributos na base do fio da espada, até muito recentemente em economias capitalistas e mesmo nas economias socialistas essa lógica prevalecendo.

Pois bem, o Governador Roberto Requião, há quase oito anos atrás, isentou mais de 100 mil empresas, micros e pequenas empresas do Paraná. E o que aconteceu? Os tributos baixaram e houve um aumento significativo da arrecadação. Ou seja, é o inverso dessa lógica. Mais do que isso, o Governador Requião chegou ao cúmulo de proibir - ao cúmulo que digo é na lógica que imperou até o momento - os fiscais fazendários de entrarem nos estabelecimentos e fiscalizarem. Ou seja, proibiu fiscal de ir lá fiscalizar e ao mesmo tempo isentou o imposto da pequena e da micro empresa, e a receita do Estado aumentou. O Governador Roberto Requião resolveu, pela licença que a lei assim dá e permite, fazer com que o piso diferenciado regional existisse no Paraná. E isso foi feito, mas foi feito mais do que um piso diferenciado, foi estabelecido aqui no Paraná o maior piso salarial do País. Muita gente gritou: “Haverá demissões, haverá aumento da informalidade, haverá aumento da inflação”. Coisa nenhuma! O que vimos foi uma redução da inflação, uma redução da informalidade e um aumento de trabalhadores de carteira assinada.

Para se ter uma ideia do que digo da inversão da lógica, não é minha a citação, mas da Gazeta do Povo - aliás, a Gazeta do Povo, que é mais do que ninguém insuspeita para falar desse Governo, porque adota, desde que estou aqui uma posição crítica ao Governo - no seu caderno de economia do dia 8 de fevereiro diz textualmente o seguinte:

(Lê):

Desde a adoção do mínimo regional no Paraná em 2006 - que, contando a proposta atual, teria correção de 55% a 75%, contra 45% do piso nacional nos últimos quatro anos - o comportamento dos indicadores que ele

poderia influenciar tem sido positivo. A inflação em Curitiba ficou quase dois pontos percentuais abaixo do nível nacional no período de 2006 a 2009. O desemprego na Região Metropolitana de Curitiba recuou dois pontos nesse mesmo período, em linha com o que ocorreu na pesquisa nacional do IBGE. O estoque de vagas formais no Estado cresceu 20% nesses quatro anos, enquanto o desempenho do País foi de 18,7%. A renda média do paranaense cresceu mais rapidamente que a média nacional e a desigualdade caiu de forma mais acentuada.

Os democratas, aqueles que lutam por justiça e que lutam por igualdade de oportunidades, sempre pregaram que a redução a desigualdades regionais era o que deveria imperar. A maior bandeira de quem luta por justiça é reduzir as desigualdades e é ninguém mais, ninguém menos do que a própria Gazeta do Povo, no seu Caderno de Economia que conclui: que a renda do paranaense cresceu mais rapidamente do que a média nacional e a desigualdade caiu de forma mais acentuada.

Senhores, o projeto que hoje temos para votar, é sem dúvida nenhuma, um projeto que merece para nós um destaque histórico. Primeiro ele foi uma iniciativa do Executivo e não poderia ser diferente, porque nós Deputados não podemos legislar sobre uma matéria dessa ordem.

Segundo ela, subverte a lógica reinante até o momento. Na época da ditadura o Delfim Neto dizia: “Não podemos aumentar o salário-mínimo, porque primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. O Paraná inovando disse exatamente e fez o contrário. É preciso dividir para que o bolo possa crescer. Ou seja, essa lógica invertida, assim como a lógica da cobrança tributária é absolutamente correta. Inaugura um tempo novo no País. Por isso que digo que se o mundo olha o Brasil com uma certa admiração, é o Brasil que se volta e volta os olhos para o Paraná com um misto de alegria e surpresa, porque aqui as coisas acontecem aparentemente de forma ilógica e é o que dá certo.

Por isso, Srs. Deputados, não tenho dúvida nenhuma, que estamos vivendo um tempo absolutamente novo. Estamos de fato mostrando de fato que nem tudo aquilo que sempre se falou é a verdade. Mais do que isso, o Governo está fazendo a sua parte, os Deputados farão a sua. Hoje as centrais sindicais que aqui estão fazendo a sua parte de forma extraordinária. Os patrões que têm consciência não há dúvida farão a sua.

É preciso que todo o patronato do Paraná faça a sua parte. Não basta o Governo querer, os Deputados votarem, mas é preciso que os patrões façam a sua parte. Sem a longa-lenga histórica de que o salário alto é inflacionário, de que o salário é gerador de desigualdade, de que o salário mais alto é gerador de divisões na classe trabalhadora porque incrementa uma política recessiva ou que joga o trabalhador na marginalidade do emprego informal ou que reduz o número de trabalhadores com carteira assinada. Pelo contrário, a história mostrou, os jornais do Paraná estão mostrando, os

economistas do DIEESE já mostraram cabalmente que essa lógica, é a lógica da insensatez porque o que é sensato é a manutenção cada vez maior do poder aquisitivo da classe trabalhadora. Não há nada que se sobreponha a isso. É o grande motor da economia, não apenas pelo seu número, mas pela sua vontade. É o trabalhador que terá dinheiro para colocar arroz e feijão em cima da mesa, é o trabalhador e a trabalhadora que terão condições de comprar um chinelo novo para o filho frequentar a sala de aula, é o trabalhador e a trabalhadora que vão poder, porque desejam e merecem, ser feliz. E é isso o que todos devemos acreditar e fazer.

Quanto de nós, aqui nestas tribunas da Assembleia, defendemos o fim da violência? Mas violência se combate aumentando o poder aquisitivo da classe trabalhadora, o que dá mais perspectiva de futuro aos seus filhos, o que faz com que eles tenham no que acreditar, uma sociedade melhor, uma pátria saudável e um futuro melhor para todos.

Que o Governo já fez a sua parte é fato e que a Assembleia fará a sua daqui a pouco também é fato. Que os patrões, portanto, façam a sua e que possamos sem dúvida nenhuma, comemorar novos tempos no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 012/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, vindo apresentar na forma da Constituição Estadual, renúncia, a partir de 01/04/10, ao cargo de Governador do Estado do Paraná, em cumprimento ao artigo 14, parágrafo 6º da Constituição Federal, de 05/10/88. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 0121/10, subscrito pelo Deputado Teruo Kato, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29 e 30 de março do corrente ano, em virtude de estar representando esta Casa de Leis na Conferência Nacional de Educação (CONAE), a ser realizada em Brasília entre os dias 28 de março a 01 de abril. **À Comissão Executiva.**

Comunicado, subscrito pelo Presidente Nelson Justus, constante do expediente, comunicando os nomes dos funcionários da Casa e do Tribunal de Contas que irão compor a Comissão de Sindicância, responsável pela apuração interna das denúncias recentemente veiculadas na imprensa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 797, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, requerendo que seja marcada uma Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 723, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Luiz Eduardo Cheida, Chico Noroeste e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 29/03/10, em Comissão Geral de Plenária, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 026 e 120/10. **Aprovado.**

Está em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Consulto V. Exa., porque o requerimento solicita a transformação do Plenário em Comissão Geral, e V. Exa. acaba de ler que é para a Sessão Ordinária. Tomei conhecimento e V. Exa. transmitiu tanto para mim quanto para o Líder do Governo que pretende realizar uma Sessão Extraordinária também no dia de hoje e as emendas serão apresentadas na segunda Sessão, porque na primeira vamos votar a constitucionalidade. Como V. Exa. acabou de ler “para a Sessão Ordinária”, pergunto como é que fica com a Sessão Extraordinária em relação à transformação do Plenário em Comissão Geral. Isso se estende ou não?

Entendemos claramente que eventualmente se transforma o Plenário em Comissão Geral quando a matéria requer urgência, quando a matéria requer efetivamente que seja votado em um determinado período. Entendemos que o salário-mínimo regional será aplicado a partir do dia 1º de maio, e não se trata de funcionário público, mas se aplica aos funcionários do setor privado. Entendo que esse projeto poderia ser votado até o final de abril, sem problema nenhum, mas o entendimento que V.

Exa. tem é para que seja votado o mais rápido possível esse projeto.

Agora, a nossa dúvida, Sr. Presidente, persiste efetivamente, porque primeiro vota-se a constitucionalidade. A segunda se vota o mérito. E pelo requerimento aplica-se a Sessão Ordinária na constitucionalidade. Qual é a interpretação que a Mesa tem em relação a esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Elio Rusch.

Peço as Srs. Deputados que entendam que em que pese o requerimento seja exclusivamente para Sessão Ordinária, que ele valha também para a Sessão Extraordinária, em virtude, Deputado Elio Rusch de que não gostaríamos de entrar aqui para a história por uma dificuldade, de uma palavra, ou que não tivéssemos o tempo suficiente para aprovarmos uma matéria tão importante quanto essa, principalmente porque há dúvidas no que diz respeito à questão eleitoral, da lei eleitoral, que é frágil. No meu modo de entender ela deixa dúvidas.

Por outro lado, Deputado Elio Rusch, faço aqui apenas uma consideração. Esse projeto está aqui na Casa já há 60 dias, nós poderíamos ter votado já antecipadamente, mas em conversa com as lideranças, em especial com a CCJ, ficou acordado que teríamos Sessões, ou Audiências Públicas, no interior do Estado, tivemos duas neste final de semana, em Foz do Iguaçu e uma aqui em Curitiba. Então, com toda franqueza, conhecendo o alto espírito democrático de V. Exa., a benevolência para entendermos que essas Sessões Ordinárias e Extraordinárias poderiam perfeitamente ser embutidas nesse requerimento, e a Mesa poderia fazer valer para hoje isso ainda, faço a consulta a V. Exa., Deputado Elio Rusch, que é um democrata na acepção da palavra, e acima de tudo um homem de equilíbrio e experiência aqui nesta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, entendo que o Plenário é soberano e haverá de decidir sobre essa questão, mesmo porque o requerimento será votado. Aí V. Exa. colocará em votação a transformação do Plenário, tanto da Sessão Ordinária como da Extraordinária, para a transformação do Plenário em Comissão Geral. É esse o procedimento que V. Exa. vai adotar?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero aqui publicamente dizer o seguinte: do ponto de vista regimental o Deputado Elio Rusch é uma pessoa extremamente aplicada em relação ao Regimento, e claro, no caso específico ao requeri-

mento. O questionamento que ele faz, quero dizer o seguinte: ele é procedente, porque por um erro material da minha assessoria, e eu assinei, embora estivesse invocado o artigo certo do Regimento, eu disse a transformação da Sessão Ordinária, que teremos quer fazer certamente para analisar na 2ª discussão e eventual excedente de emendas, a Sessão Extraordinária.

Ocorre, Sr. Presidente e Deputado Elio Rusch, e aí também pedindo a sua compreensão naquela linha do Presidente, eu reconheço o erro, eu assumo a responsabilidade do erro; agora, o que acontece? O artigo 107 fala justamente que foi o artigo invocado, ele fala da proposta de transformação em Sessão Plenária, que inclui, ela é um gênero, e tem duas espécies, a Sessão Ordinária e a Sessão Extraordinária.

Então, neste sentido é que eu quero fundamentar, Sr. Presidente, o entendimento que estamos tratando da Sessão Plenária ser transformada em Comissão Geral para analisar a constitucionalidade do projeto em si e depois das emendas, constitucionalidade e legalidade, para que possamos votar tudo ainda hoje, nesta segunda-feira, dia 29.

Quero dizer publicamente que assiste razão o Deputado Elio Rusch. Aqui publicamente reconheço isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero solicitar os Srs. Deputados, independente dessa questão levantada pelo Deputado Elio Rusch, que realmente está coberto de razão, mas faço um apelo aos Srs. Deputados já que estamos tratando de dois temas muito importantes: um que diz respeito à questão social do nosso Estado e outro ao PAC da Copa do Mundo. Portanto, poderíamos, sem dúvida nenhuma, votar hoje. Faço esse apelo para que V. Exas. concordem com o requerimento apresentado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Coloco em votação o requerimento. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. O Deputado Reni Pereira manifesta-se contrário e o Deputado Elio Rusch se abstém.

Está **aprovado** o requerimento e agradeço a todos os Deputados aqui presentes.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 082/10, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Associação de

Esportes Adaptados na Terceira Idade de Cornélio Procópio - AESATICOP, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 015/10, de 08/03/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/10, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Papiloscopistas do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro em Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 093/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos papiloscopistas do Estado do Paraná - APEP, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/03/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PEDRO IVO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 315/09, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de utilidade pública estadual a Associação da Faculdade da Terceira Idade - AFATI, com sede e foro no Município de União da Vitória. **Aprovada. (Publ. no DA nº 068/10, de 23/06/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/10, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma companhia de desenvolvimento sob forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Companhia de Desenvolvimento do Extremo Sul, conforme específica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 003/10

Fica acrescido inciso VIII ao artigo 4º do Projeto de Lei nº 003/10, com a seguinte redação:

“VIII - criação da FERROSUL.”

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamiento:

Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Elio Rusch e Fernando Scanavaca.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Substitui-se o inciso VII do artigo 4º do Projeto de Lei nº 003/10, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 004/10, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

VII - aportar os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários para a constituição, crescimento e consolidação da Ferrovia da Integração do Sul S/A - FERROSUL, conforme dispositivos das Resoluções Codesul nºs 1042/09 e 1062/10.”

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA
ADEMIR BIER

Apoiamiento:

Luiz Claudio Romanelli, Elton Welter e Cleiton Kielse.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/10, que dispõe sobre reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná a vigorar a partir de 1º de maio de 2010. SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 003/10, de 08/02/10, em Mensagens).

Em votação.

Os projetos constantes dos itens 05 e 06 estão sem pareceres, mas constam do requerimento transformando o Plenário em Comissão Geral. Portanto, não iremos colocá-los em votação, mas sim designar relatores para o mesmo. Designo o Deputado Luiz Claudio Romanelli para relatar, pela CCJ, o projeto de lei do item 05 da presente Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero aqui publicamente agradecer a designação pela Presidência para que pudéssemos, em Plenário, relatar aquilo que foi objeto de um amplo processo de discussão após a realização de quatro Audiências Públicas, realizadas nas Cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba, Maringá e Londrina, além de inúmeras reuniões que foram feitas para discutir

uma matéria tão importante para o trabalhador. Não é sem importância e sem um grande fundamento que temos hoje nas galerias desta Casa de Leis, os trabalhadores que representam os principais sindicatos e centrais sindicais, a Nova Central, a Força Sindical e de todos aqueles que lutam em favor dos trabalhadores.

Presidente, quero dizer que chamado a analisar a questão da constitucionalidade, e já é o quinto ano consecutivo que o Poder Executivo encaminha a esta Assembleia o projeto que, além de criar, dá ao trabalhador e à população paranaense um instrumento fundamental para superar essa profunda desigualdade social através da distribuição da renda. Então, pelo quinto ano, temos o piso do salário-mínimo regional fundamentado em estudos técnicos muito bem elaborados pelo IPARDES, pela Secretaria do Trabalho, pela ampla mobilização feita pelas centrais sindicais, e com uma discussão, é claro, com todos através das Audiências.

Do ponto de vista em relação aos preceitos constitucionais e à competência legislativa para iniciar esta matéria a tramitar nesta Casa de Leis, a competência é do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade. Então, chamado a me manifestar nesta relatoria sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este Projeto de Lei nº 026/10, constante da Mensagem nº 003/10 de autoria do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

É isto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o parecer do relator na CCJ. Iremos utilizar o painel para que V. Exas. votem o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/2010 MENSAGEM Nº 003/10

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2010.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao parecer votam com a expressão SIM; os que forem contrários com a expressão NÃO.

Estamos votando a constitucionalidade do parecer do relator Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por unanimidade foi APROVADO o parecer do relator.

(Aplausos)

Em seguida, iremos designar, pela Comissão de Finanças, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, para que dê o seu parecer ao Projeto nº 026/10.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

(Lê parecer pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 026/10, Mensagem nº 003/10).

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 026/2010

MENSAGEM Nº 003/10

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2010.

No que concerne à competência desta Comissão de finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não causa nenhum impacto financeiro ao erário público, não encontrando nenhum óbice para sua tramitação.

É o relatório.

II - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 29/03/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o parecer do relator da Comissão de Finanças, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Está **aprovado**, por unanimidade o parecer.

(Aplausos)

Iremos agora colocar, sim, em votação o projeto: item 05, Projeto de Lei nº 026, que dispõe sobre o reajuste anual de valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de maio de 2010, ambos com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) **(Pela Ordem)**

Queria registrar que no item 04 o meu voto foi SIM, mas não foi registrado no painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Atenção, Srs. Deputados, agora sim vamos votar o projeto.

Resultado: 47 Deputados votaram; 46 votaram SIM. **Está aprovado por unanimidade.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/10, que objetiva obter autorização para contratação de empréstimo pelo Governador do Estado do Paraná junto a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que deverá trazer melhorias ao sistema viário da Região Metropolitana da Curitiba, tendo-se em vista o evento esportivo da Copa do Mundo de Futebol de 2010. SEM PARECERES. EMENDAS DA CCJ.

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO

PROJETO DE LEI Nº 120/10

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre autorização para o Estado do Paraná contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, com a finalidade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que deverá trazer melhorias ao sistema viário da Região Metropolitana de Curitiba, tendo-se em vista o evento esportivo da Copa do Mundo de futebol de 2010.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 29/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 120/10

Art. 1º Inclui o artigo 9º no Projeto de Lei nº

120/10, com a seguinte redação, renumerando o atual artigo 6º:

“Art. 9º Fica concedido aumento percentual de 5% (cinco por cento) na gratificação prevista no artigo 5º e parágrafo 4º, conforme dispõe o parágrafo 6º do referido artigo 5º da Lei Complementar nº 01, de 02/08/72, com a redação da Lei Complementar nº 112, de 04/10/05.”

Sala das Comissões, em 29/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO AO
PROJETO DE LEI Nº 120/10

Art. 1º Inclui o artigo 6º no Projeto de Lei nº 120/10, com a seguinte redação, renumerando o atual artigo 6º:

“Art. 6º Fica revogado o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 13614/02.”

Sala das Comissões, em 29/03/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Em votação.

Como o mesmo está sem parecer, designo o Deputado Romanelli, para relatar o respectivo projeto.

V. Exa. tem a palavra, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, chamado por esta Presidência, em Comissão Geral de Plenário, a exarar parecer referente ao Projeto de Lei nº 120/10, Mensagem nº 024, estamos apresentando um relatório a um projeto de lei, que é de autoria do Poder Executivo, que dispõe...(Lê).

Quanto aos aspectos os quais esta comissão deve se manifestar, não temos nada a opor...(Lê).

Além disso, estamos apresentando como emenda de relator, duas emendas aditivas de Plenário ao Projeto de Lei nº 120/10, que inclui o artigo 9º ao projeto de lei, renumerando o atual artigo 6º. O artigo 1º inclui o artigo 9º no Projeto de Lei nº 120, com a seguinte redação: *Renumerando o atual artigo 6º, o artigo 9º fica concedido o aumento percentual de 5%...(Lê).*

Explico as Sras. e Srs. Deputados que esta emenda, por conta daquele asseio do ponto de vista do processo de discussão e votação dos reajustes salariais, foi uma emenda pedida pelo Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzuza, em relação àquilo que envolve a remuneração dos Conselheiros, dos contribuintes. É uma correção, que foi encaminhada em tempo hábil e que acabamos deixando de fazer. Mas como é uma mensagem do Poder Executivo inclui isso.

Também, Sr. Presidente, tratar de um tema do mais alto e relevante interesse público e por conta de um tema que envolve a gestão de financiamento - Agência de Fomento e o Fundo de Desenvolvimento Urbano. É por conta, claro, de uma situação até complexa que envolve o

pagamento do passivo, ou seja, da dívida relativa do FDU. Como o Fundo não pode contratar, ele não pode também pagar.

Então, estamos incluindo o artigo 6º com a seguinte redação: *Fica revogado o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 16614 de 2002.* São duas emendas aditivas nas condições de relator de Plenário ao Projeto de Lei nº 120 de 2002. Considerando as duas emendas, Sr. Presidente, quero dizer que o nosso parecer em relação à constitucionalidade e legalidade, com as duas emendas aditivas, o parecer é favorável ao projeto de lei, na forma das emendas anexo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputado Nelson Justus, primeiramente aproveitar a presença dos nossos convidados que não se retiraram, vieram para assistir a unanimidade dos Deputados votando a favor do novo piso mínimo regional, justificar o porquê que fui o único voto contrário à transformação em Comissão Geral. Não era em relação ao salário-mínimo que foi unanimidade, era em relação a esse projeto, que faz 10 dias que está na Casa, 10 dias que chegou na Casa um empréstimo de R\$ 229 milhões e 500 mil.

Deputada Cida Borghetti, é o PAC da Copa do Mundo. Como a senhora vai justificar lá em Maringá que a senhora não fez nenhuma emenda, já que Maringá é uma Cidade turística e a justificativa disso aqui é criar infraestrutura aos Municípios turísticos? Como vamos justificar que esta Casa criou uma comissão presidida pelo Deputado Osmar Bertoldi da Copa do Mundo, que sequer analisou isso aqui? Como que vamos justificar lá em Foz do Iguaçu, que está relacionado no PAC 2 a ampliação do aeroporto, Deputado Chico Noroeste, para receber os turistas que virão à Copa do Mundo aqui em Curitiba como subsede e vão querer ir a Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Ponta Grossa?

Talvez seja essa a única oportunidade. Sem o rolo compressor, o instinto de maquinista operando e vamos todos votar! Não! Tem que ser discutido! O salário-mínimo, andamos o Paraná inteiro, enriqueceu a discussão, acho que até em respeito aos trabalhadores e aos empresários que foram às Audiências Públicas algumas emendas têm que ser acatadas por esta Casa, nem que o Governador vete. Mas esta Casa teria que ouvir e trazer para o projeto de lei do piso mínimo regional algumas sugestões que foram emanadas. Mas este projeto não tem lei eleitoral, não tem nada que diga que temos que votar em Comissão Geral. Por que votar isso? Aliás, sou contra. Sempre que posso voto contra a transformação da Sessão em Comissão Geral, até para valorizar esta Casa, valorizar as comissões. Eu, sinceramente, se for no rolo

compressor votarei contra isso, porque o Paraná é bem mais que a Região Metropolitana. Devemos muito à Cidade sede, mas como nós, Deputados do interior, vamos ficar? Acho que o mínimo que podemos fazer é retirar esse item da Comissão Geral e passar nas comissões competentes para que todos os Deputados possam se pronunciar.

Esta Casa tem uma Comissão de Turismo, tem uma Comissão de Finanças para ver se podemos realmente colocar como garantia de pagamento as verbas, essas que estão autorizando na lei. Esta Casa tem uma Comissão da Copa do Mundo, tem uma Comissão de Constituição e Justiça. Se a vontade da maioria prevalecer, vou me calar, mas não vou acompanhar essa votação no afogadilho. Faz apenas 10 dias que essa mensagem chegou na Casa, Deputado Belinati, talvez seja a única oportunidade que o senhor tenha, o senhor, o Deputado Cheida, o Deputado Durval Amaral, que também representa o Município de Londrina, para interferir a favor de Londrina nesse evento que certamente vai enaltecer muito Curitiba, a Região Metropolitana. Mas, sabemos que o Paraná somente conquistou a subseleção porque tem valores para oferecer também no interior do Estado.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta linha do Deputado Reni gostaria também que esse projeto fosse discutido melhor na Casa, passasse pelas comissões competentes, desse a oportunidade para os Deputados, principalmente das Cidades turísticas, no meu caso a Cidade de Foz do Iguaçu.

A Copa do Mundo de 2014 foi muito discutida, foi um trabalho que o Estado do Paraná fez, mas também com várias entidades aqui do Estado do Paraná, e a Cidade de Foz do Iguaçu não foi diferente. Ela participou somando forças e esforços no sentido de que o Paraná fosse escolhido, que a Cidade de Curitiba fosse escolhida para sediar os jogos da Copa de 2014. Só para vocês terem uma ideia, a Cidade de Foz do Iguaçu foi escolhida pela FIFA como sendo uma Cidade destino turístico da Copa do ano de 2014. Isso significa dizer que lá, pelo menos, a Cidade de Foz irá hospedar torcedores e muito possivelmente vai hospedar, também, seleções, que virão para o Estado do Paraná e se hospedarão também na Cidade de Foz do Iguaçu. E daí, Sr. Presidente, a necessidade de que a Cidade de Foz do Iguaçu não fique fora desse projeto e que ela seja incluída nas melhorias, principalmente, pelo menos, os corredores turísticos da Cidade de Foz do Iguaçu, e se possível a melhoria da Rodovia das Cataratas, da rodovia 469, que dá acesso às Cataratas do Iguaçu, ao aeroporto internacional. Também

se faz necessário verbas para melhorias nesse aeroporto, a implantação, a revitalização.

Portanto, queremos fazer um apelo para o Líder do Governo de que esse projeto seja adiado, Deputado Romaneli, precisa ser discutido mais. A Cidade de Foz do Iguaçu não pode ficar de fora dos recursos que estamos aprovando hoje, aqui, autorizando o Governo do Estado a contratar esse empréstimo. A Cidade de Foz do Iguaçu não pode ficar de fora. Não sei por quê o Governo do Estado não viu, os técnicos não viram, porque a Cidade de Foz do Iguaçu está incluída, ela vai hospedar torcedores, muito provavelmente vai hospedar seleções. E se fala muito provavelmente até de realizar treinos na Cidade de Foz do Iguaçu. Portanto, não somente a Região Metropolitana, não somente a Cidade de Curitiba; a Cidade de Foz do Iguaçu também tem quer estar incluída nesse projeto.

Quero dizer que enquanto aprovamos esse projeto em 1ª discussão, vamos estar preparando uma emenda incluindo a Cidade de Foz do Iguaçu para que ela seja beneficiada. O Deputado Reni Pereira, que já se pronunciou, e o Deputado Dobrandino, que possam assinar esta emenda junto conosco.

Finalizando, quero apenas cumprimentar os sindicatos, as forças sindicais aqui presentes e dizer que ter votado a favor do aumento do salário-mínimo regional para mim foi uma honra, porque é um projeto que se pode analisar economicamente, mas principalmente do ponto de vista social, porque vem em benefício da empregada doméstica, do trabalhador da roça. E que se trabalham na roça ou de empregada doméstica é porque evidentemente não tiveram a oportunidade de estudarem mais, de se qualificarem mais.

Acredito que se tivessem a oportunidade de estudarem mais, poderiam estar em outras funções. Portanto, esta Casa de Leis cumpriu a sua função, porque o Estado deve estar atento e ser proteção dessas pessoas que, com relação aos seus salários, não são definidos em acordos coletivos, em dissídios coletivos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado, V. Exa. está encaminhando uma emenda e voltando a um tema que já foi votado e aprovado, com louvor, aqui por esta Casa.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Estava só justificando, Sr. Presidente. Muito obrigado e vamos preparar a emenda para que se possa discutir aqui em Plenário, beneficiando a Cidade de Foz do Iguaçu com relação à obra de infraestrutura, com relação à Copa do ano de 2014.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Só pela ordem, porque o que estamos discutindo é o parecer do relator em relação à constituição

nalidade desse projeto e não estamos tratando o mérito, nem emenda. Estamos discutindo a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mais uma vez, Deputado Elio Rusch, V. Exa. está coberto de razão. Não há necessidade de divagarmos sobre outro tema.

Encerrada a discussão. Vai se proceder à votação do parecer do relator, na forma das emendas. Os Deputados que forem favoráveis ao parecer do relator, votam com a expressão SIM; os contrários votam com a expressão NÃO.

Vai se proceder a apuração: 42 Srs. Deputados votaram; duas abstenções; 39 favoráveis.

Está aprovado o parecer do relator.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu não consegui votar aqui, eu quero votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, 40 Srs. Deputados votaram a favor.

Aproveito e designo o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida como relator da Comissão de Finanças.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

(Lê o parecer da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 120/10, oriundo da Mensagem nº 024/10).

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 120/10
DA MENSAGEM Nº 024/10

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre autorização para o Estado do Paraná contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, com a finalidade de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que deverá trazer melhorias ao sistema viário da Região Metropolitana de Curitiba, tendo-se em vista o evento esportivo da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

No que concerne à competência desta Comissão de Finanças, temos a informar que a proposta ora em análise não encontra nenhum óbice para sua tramitação.

Esta relatoria entende que a medida proposta é de fundamental importância pois a realização da Copa Mundial de Futebol de 2014 no Brasil vem inserir o País nos roteiros turísticos internacionais, contribuindo para ampliar os resultados nacionais na atividade turística. Historicamente, as cidades-sede de tais eventos têm sido beneficiadas com a implementação de infraestrutura necessária para receber, com quali-

dade, o grande volume de turistas que para elas se dirigem.

Tendo em vista essas possibilidades excepcionais, a partir do momento em que o Brasil foi eleito para sediar a Copa de 2014, o Governo do Paraná realizou intenso trabalho junto ao Governo Federal para inserir Curitiba como um dos Municípios-sede. Tendo obtido êxito nas negociações, parte-se agora para a etapa dos trabalhos de viabilizar as condições de infraestrutura para atender o público dos jogos que virão à Capital.

Há mais de dois anos está sendo negociado junto ao Governo Federal um rol de investimentos de infraestrutura para a Região Metropolitana de Curitiba, que pretende melhorar e ampliar a condição das vias metropolitanas existentes.

O resultado das negociações é a aprovação, pelo Ministério das Cidades, do financiamento de até R\$ 229,5 milhões por meio da Caixa Econômica Federal, para a realização de obras já aprovadas e definidas num termo de compromisso entre o Governo do Estado e o Ministério das Cidades.

É o relatório.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29/03/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quando o assunto é tratado na comissão, quando há alguma dúvida você requer ao Presidente da Comissão algumas informações complementares.

Não vou encaminhar, até para que não pensem que eu sou contra a Copa do Mundo, muito menos contra aqui, mas gostaria de solicitar à Mesa que apensasse o relatório da Coordenação de Administração Financeira do Estado para ver se o Estado tem capacidade financeira de adquirir esse financiamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente! Cabe a questão de ordem de V. Exa.

Está em votação o parecer do Deputado Cheida.

Aprovado.

Vamos votar o item 06: 1ª discussão do Projeto de Lei nº 120/10.

Srs. Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados contrários votam com a expressão NÃO.

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram; uma abstenção; 40 SIM.

Aprovado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nº 780, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Antonio Belinati, Elio Rusch e demais Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

UM SR. DEPUTADO

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 781, de autoria dos Deputados Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins e demais Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

UM SR. DEPUTADO

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 754 e 755, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 757 a 775, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 776, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 777, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 782, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 793, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Para reiterar o convite a todos os ilustres Deputados, inclusive aos membros da Mesa, para a transmissão de posse do Prefeito Beto Richa para o novo Prefeito Luciano Ducci, amanhã às 10h da manhã na Câmara Municipal de Curitiba.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado do Deputado Luiz Claudio Romanelli, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026 e 120/10.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 005, 027 e 007/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 023 e 129/10.

Levanta-se a Sessão.